



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 236/2026- COMPRASGOV N.º 90236/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0064.016163.00007/2026-00
ÓRGÃO CONTRATANTE:	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	07/07/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	25/06/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Greice Quele da Silva Braga
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica, com o objetivo de aquisição de materiais de consumo para atender a demanda dos Laboratórios de Análises Forense do Instituto de Análise Forense - I.A.F. do Departamento Polícia Técnico-Científica-DPTC da Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

- Anexo I:** Termo de Referência
- Anexo II:** Minuta da ata de Registro de Preço
- Anexo III:** Minuta de Contrato
- Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços
- Anexo V:** Matriz de Risco

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.6. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.7. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.7.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.7.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.8. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

4.8.6. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.8.7. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.8.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.13. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.8.13.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria

técnica.

4.8.14. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

4.8.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.8.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8.17. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.9. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.12. O disposto nos **itens 4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.
- 7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III - divulgação do resultado da habilitação;
 - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
 - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI - divulgação do resultado do julgamento; e
 - VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do LOTE.
- 9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.21.2. empresas brasileiras;

9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.

9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.

9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.

9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) Apresentação da **Licença/Alvará Sanitário Estadual ou Municipal** da empresa licitante, conforme o que determina a legislação vigente;

c) Comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresa emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) da empresa participante do processo licitatório.

d) **Declaração ou documentação** que comprove a oferta de garantia mínima e, quando aplicável, rede de assistência técnica autorizada.

e) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o caso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos

de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

- 14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Não se aplica.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. **Não** será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. **Haverá** garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

- 27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
- 27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
- 27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.
- 27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Antonia Jucilene Oliveira de Moraes
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais- DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA JUCILENE OLIVEIRA DE MORAIS, Chefe(a) de Divisão**, em 24/06/2026, às 10:37, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021510685** e o código CRC **226F1D2C**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25/2026/PCAC - DILIC

Processo nº 0064.016163.00007/2026-00

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica, com o objetivo de aquisição de materiais de consumo para atender a demanda dos Laboratórios de Análises Forense do Instituto de Análise Forense - I.A.F. do Departamento Polícia Técnico-Científica-DPTC da Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Instituto de Análise Forense (IAF) exerce atividades de alta relevância na elucidação de crimes e produção de provas técnico-científicas que são fundamentais para o processo investigativo e para a administração da justiça. Os Laboratórios de Análises Forense, responsáveis pela realização dos exames periciais, demandam um constante fornecimento de materiais de consumo especializados, como reagentes, kits, materiais descartáveis e outros insumos laboratoriais.

2.2. A aquisição regular desses materiais é imprescindível para o bom funcionamento dos laboratórios, uma vez que são essenciais para a execução de exames periciais nas áreas de DNA, toxicologia, balística, entre outros. A continuidade do fornecimento desses materiais é crucial para o desempenho eficiente e célere das atividades da Polícia Civil, principalmente no que tange à produção de laudos periciais e ao andamento das investigações.

2.3. A escassez ou a interrupção no fornecimento dos materiais pode comprometer a qualidade das análises, atrasar o cumprimento das prazos legais e prejudicar o desenvolvimento das investigações, impactando diretamente na qualidade da segurança pública e na efetividade da justiça no Estado do Acre.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para a Contratação de pessoa jurídica, com o objetivo de aquisição de materiais de consumo para atender a demanda dos Laboratórios de Análises Forense do Instituto de Análise Forense - I.A.F. do Departamento Polícia Técnico-Científica-DPTC da Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário \\	Valor Total (R\$)
LOTE I - REAGENTES						
1	Butanol PA, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca Frasco de 1 litro. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
2	Acetaldeído (etanal) PA anidro ou superior, teor mínimo de 99,5% 500 mL. Frasco com tampa de rosca. Equivalente.	Frasco	50	25		
3	Acetato de sódio anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
4	Acetonitrila grau HPLC, teor mínimo 99,9%. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	100	50		
5	Ácido cítrico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
6	Ácido hexacloroplatínico ACS ≥37,5% - 1 grama. Equivalente.	Frasco	50	25		
7	Agente de derivatização MTBSTFA (N-tert-Butyldimethylsilyl-N-methyltrifluoroacetamide com 1% de tert-Butyldimethylchlorosilane). Ampola com 1mL. Equivalente.	Ampola	150	75		
8	Água destilada para injeção, sachê/frasco de 10 mL. Equivalente.	Unidade	2.500	1.250		
9	Citrato de sódio tribásico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
10	Detergente alcalino concentrado para uso em laboratório. Teor de agentes ativos >25%, pH >10. Cada litro suficiente para fazer 15 litros de solução de lavagem. Litro. Equivalente.	Frasco	150	75		
11	Diclorometano grau HPLC - 1000mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		

12	Enzima beta-glicuronidase extraída de <i>Helix Pomatia</i> , pó liofilizado, ≥ 400.000 UI/g. Frasco com 100.000UI. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
13	Fenoltaleína PA, frasco de 25 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
14	Reagente para identificação de hemoglobina por quimiluminescência (tipo luminol, bluestar forensic ou equivalente), contendo 8 saches para 118mL ml de solução de uso. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		
15	Ácido Etilenodiaminotetracético - EDTA (2H ₂ O), para biologia molecular (CAS 6381-92-6). Equivalente.	Kg	25	12		
16	Sílica gel azul 4-8mm. Frasco de 1000 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
17	Sistema de amplificação multiplex de STRs autossômicos com marcação fluorescente para identificação humana para uso forense. Grau DNA Forense (conformidade com a ISO 18385:2016). O conjunto de reagentes deve permitir a amplificação conjunta em uma mesma reação de PCR dos 20 marcadores CODIS expandido (D3S1358, TH01, D21S11, D18S51, D5S818, D13S317, D7S820, D16S539, CSF1PO, vWA, D8S1179, TPOX, FGA, D1S1656, D2S441, D2S1338, D10S1248, D12S391, D19S433 e D22S1045) e do marcador Amelogenina, no mínimo. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência (mucosa bucal) a partir	Reações	20.000	10.000		

	<p>de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante.</p> <p>O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.</p>					
18	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 10,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
19	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 4,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
20	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 7,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
21	<p>Solução de referência certificada de benzodiazepínicos, composta por no mínimo: alprazolam, clonazepam, diazepam, flunitrazepam, lorazepam, nitrazepam, oxazepam e temazepam. Cada fármaco com concentração de 250ug/mL em acetonitrila. Ampola com 1mL. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
22	<p>Solução de referência certificada de benzoilecgonina deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
23	<p>Solução de referência certificada de cocaína deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		

24	Solução de referência certificada de Diazepam deuterado (Diazepam-D5) 100ug/mL em metanol, ampola com 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
25	Solução padrão de referência de etanol 100 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
26	Solução padrão de referência de etanol 150 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
27	Solução padrão de referência de etanol 25 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Kit	50	25		
28	Solução padrão de referência de etanol 300 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
29	Solução padrão de referência de etanol 50 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Ki	50	25		
30	Solução padrão de referência de etanol 500 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
31	Sulfato de Sódio Anidro Grau PA ACS 500g. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
32	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias (substância - cut-off (ng/mL)): anfetamina-300, cocaína-150, THC-50, metanfetamina-300, opioides/morfina-300, fenciclidina-25, benzodiazepínico-300, antidepressivos tricíclicos-1000, barbitúrico-200, MDMA-500, metadona-300 e propoxifeno-300. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	200	100		
33	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias anfetamina, cocaína,	Caixa	200	100		

	THC, metanfetamina, opioides, fenciclidina, benzodiazepínico, antidepressivos tricíclicos, barbitúrico, MDMA, metadona e morfina. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.					
34	Teste imunocromatográfico com poço para adição da amostras (tipo “sabonete”) para detecção de PSA no soro humano. Sensibilidade mínima de 4 ng/ml. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
35	Teste imunocromatográfico com poço para adição de amostra (tipo “sabonete”) para detecção de hemoglobina humana nas fezes, cada unidade com tampão diluente em frasco tipo gotejador. Sensibilidade mínima de 40ng/ml. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
36	Teste imunocromatográfico para detecção do hormônio Gonadotrofina Coriônica (b-HCG) em urina e soro humano. Sensibilidade mínima de 25mUI/ml. Caixa com 30 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	300	150		
37	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de cocaína e seus metabólitos. Sensibilidade mínima para detecção de cocaína de 150ng/mL. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	250	125		
38	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e outros canabinóides. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		

39	Teste imunocromatográfico qualitativo 2 parâmetros para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e cocaína. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL e cocaína de 150 ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	200	100		
40	Tiocianato de amônio PA 500GR. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
41	Tira indicadora de pH, escala de 0-14, caixa em plástico transparente e rígido, com escala de medição colorida visível na caixa, 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - I						

3.2.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE II - REAGENTES CONTROLADOS						
42	Acetato de etila Grau UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
43	Acetona (propanona) grau HPLC, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	50	25		
44	Ácido Clorídrico PA 37% - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		
45	Clorofórmio PA - 1000 mL, teor mínimo de 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
46	Clorofórmio UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
47	Éter etílico padrão HPLC (CH ₃ CH ₂) ₂ O) - 1000 mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
48	FORMAMIDA HI-DI - Frasco com 5 ml. Suficiente para 80 corridas. Para uso exclusivo com os Analisadores Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	100	50		
VALOR TOTAL - LOTE - II						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE III - INSUMOS						
49	Álcool etílico 70 °GL ou 70% p/p (INPM) - 1000 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	2.500	1.250		
50	Álcool etílico absoluto grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
51	Álcool etílico PA - 1000 mL, teor mínimo 95%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
52	Álcool metílico ACS - 1000 mL, teor mínimo 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	200	100		
53	Álcool metílico grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
54	Álcool n-propílico (1-propanol) grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
55	Filme adesivo metalizado para reações de PCR em placa, compatível com placa MicroAmp de 96 poços. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
56	Filme adesivo transparente para análise automatizada de quantificação de DNA em tempo real, compatível com placa MicroAmp 96 poços, compatível com analisador de RT-PCR 7500. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
57	Filtro e tubo para purificação de soluções biológicas para recuperação e concentração de DNA e proteínas. Filtro em celulose regenerada de fluxo rápido. Tubo compatível com centrífugas de microtubos de 1,5 mL. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		

58	Filtro para seringa em Nylon 0,45 micrômetros, 25mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
59	Filtro para seringa em PTFE 0,22 micrômetros, 13mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	7.200	3.600		
60	Insert em borossilicato para vial de cromatografia gasosa, 250 uL com spring, compatível com vial de 2mL utilizado no sistema automatizado Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
61	Kit fluorescente próprio para identificação humana contendo no mínimo 23 marcadores para o cromossomo Y humano, incluindo loci de mutação rápida. Sistema altamente tolerante a inibidores comuns em amostras complexas. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência (mucosa bucal) a partir de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. ENTREGA PROGRAMADA. Equivalente.	Reações	20.000	10.000		
62	Kit para extração e purificação de DNA de amostras forenses complexas, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Com cestos de centrifugação para eliminar a necessidade de	Caixa	150	75		

	transferência dos swabs e assim minimizar a contaminação cruzada. Caixa com 48 reações. Entrega programada. Equivalente.					
63	Kit para extração e purificação diferencial de DNA em amostra de crime sexual, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Para extração diferencial de células epiteliais e espermáticas. Extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 50 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	150	75		
64	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para LSD. Sistema com reagente de Erlich para LSD. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
65	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para MDMA (ecstasy) e outras anfetaminas.: Sistema reagente nitroprussiato de sódio para metanfetamina e MDMA. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
66	Kit para rápida extração e purificação de DNA em amostras de ossos e dentes pulverizados, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Com tampão de desmineralização. Para extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 100 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	4.600	2.300		
67	Kit que fornece uma avaliação qualitativa e quantitativa de amostras forenses em uma única reação, com base na tecnologia de PCR em tempo real. Permite estimar simultaneamente a quantidade total de DNA humano e de DNA masculino amplificáveis em uma amostra (capaz de determinar a razão de DNA masculino: feminino). Amplificação adicional de alvo com múltiplas cópias para avaliar o grau de degradação do DNA. O kit deve conter controle positivo interno, que permite identificar a presença de inibidores na amostra. Os alvos amplificados devem ser regiões de múltiplas cópias, o que aumenta a sensibilidade do kit. O kit deve conter mix de reação, mix de primers e sondas. Compatível com o equipamento 7500 Real Time PCR e QuantStudio (Thermo Fisher). Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de	Reações	30.000	15.000		

	resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.					
68	Pipeta Pasteur em vidro, ponta ultra-fina, volume de 2mL, 150mm de comprimento, ponta com diâmetro máximo de 1,92mm e mínimo de 1,50mm, diâmetro da boca com diâmetro máximo de 7,3mm e mínimo de 7,0mm. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
69	Placa de 96 poços para reações de PCR Real Time, compatível como RT PCR 7500. Caixa com 10 placas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	150	75		
70	Ponteiras para pipeta de volume de 100- 1000uL com barreira. Caixa com 960 un. Equivalente.	Unidade	25	12		
71	Ponteiras para pipeta de volume de 1-100uL, com barreira. Caixa com 960 um. Equivalente.	Unidade	25	12		
72	Ponteiras para volume de 0,1-10uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Equivalente.	Unidade	500	250		
73	Ponteiras para volume de 100-1000uL – Pacote com 1.000 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Pacote	150	75		
74	Ponteiras para volume de 1-100uL – Pacote com 1.000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
75	Ponteiras para volume de 1-100uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
76	Ponteiras para volume de 1-200uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
77	Ponteiras para volume de 1-40uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
78	POP-4™ Polymer for 3500/3500xL Genetic Analyzers. Polímero POP4 utilizado como matriz de separação para uso exclusivo nos Analisadores	Unidade	200	100		

	Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Pronto para aplicação no equipamento. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.					
79	PROTEINASE K - enzima de desnaturação proteica proteinase k, livre dnase e rnase, ativa na presença de ureia, triton, EDTA e SDS (em concentração até 1%), estável a temperatura acima de 50°C. (embalagem de 100mg). Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	100	50		
80	Refil de filtração de gases tipo CP17973 para sistema de cromatografia gasosa marca Agilent. Equivalente.	Unidade	50	25		
81	Vanilina PA - 100 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
82	Verde de bromocresol. Frasco de 5 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
83	Vial para cromatografia gasosa em vidro âmbar, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	150	75		
84	Vial para cromatografia gasosa para injeção por head space, em vidro transparente, capacidade para 20 mL, 23 x 75 mm, bocal de 18mm com rosca, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	250	125		
VALOR TOTAL - LOTE - III						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE IV - MATERIAIS DE COSNUMO						
85	Filme de PVC culinário, rolo de 28 cm x 30 metros. Equivalente.	Rolo	500	250		
86	Lâmina para microscopia em vidro liso, 26 x 76 mm, espessura de 1,0-1,2mm, não lapidada. Caixa com 50 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
87	Lanceta automática estéril para punção superficial, embaladas individualmente, disparo por contato, caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
88	Microtubo de 1,5ml de polipropileno, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis com fundo cônico. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
89	Microtubo de 2 mL (tubo de polipropileno, 2ml de capacidade, graduado, transparente) embalagem com 1000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
90	Microtubo para PCR de 0,2 mL (tubo de polipropileno, com capacidade para 200 microlitros, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
91	Óleo de lubrificação tipo INLAND 45 para bomba de vácuo do sistema de cromatografia gasosa hifenada a espectrometria de massas. Litro. Equivalente.	Frasco	25	12		
92	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T01. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
93	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T02. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		

94	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T03. Equivalente.	Unidade	36.000	18.000		
95	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T04. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		
96	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T05. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
97	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T06. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
98	Tampa magnética 18mm com rosca e septo bicamada em teflon/silicone para vial de headspace. Deve suportar aquecimento de até 300C. Compatível com sistema automatizado de amostragem Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	250	125		
99	Vial para cromatografia gasosa em vidro transparente, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
100	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 15 mL, pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	200	100		
101	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 50 mL, pacote com 50 unidades.. Equivalente.	Pacote	360	180		
102	Tubo criogênico (para congelamento) graduado, com rosca externa e anel vedante, volume útil de 5mL, confeccionado em polipropileno, fundo cônico e base chata que possibilite o tubo ficar em pé (auto-sustentável), atóxico, autoclavável, resistente a temperaturas entre -70° e 121°C. Equivalente.	Unidade	10.000	5.000		

103	Tubo para coleta de sangue a vácuo com fluoreto de sódio e EDTA, volume útil de 4,0ml, tampa cinza - caixa com 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - IV						

3.5.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE V - MATERIAIS PERMANENTE						
104	Alicate de pressão medida de 10" (224 mm), abertura máxima da boca: 1.1/8" (28 mm), boca e cabo confeccionados em aço cromo vanádio e acabamento niquelado e cromado. Equivalente.	Unidade	2	1		
105	Alicate universal 8" confeccionado em aço cromo vanádio, cabo isolado e anti-deslizante com abas protetoras e arestas arredondadas, capacidade de corte de arames duros de 2,0mm. Equivalente.	Unidade	2	1		
106	Balão volumétrico de 100mL com rolha em polipropileno. Vidro em borosilicato, com 17cm de altura e 6,1cm de diâmetro. Limite de erro 0,1mL. Fabricado de acordo com a Norma ISO 1042. Com certificado de calibração. Equivalente.	Unidade	20	10		
107	Bastão de vidro neutro maciço, medidas de 6 x 300 mm. Equivalente.	Unidade	60	30		
108	Bulbo (tetina) confeccionado em silicone para pipetagem utilizando Pasteur de vidro, com volume interno máximo de 3mL e mínimo de 1,5mL, para pipetas com boca entre 7,0-7,5mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	60	30		
109	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 12 litros, dimensões aproximadas 35,5 x 24,5 x 21 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	25	12		
110	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 20 litros, dimensões aproximadas 42 x 28 x 27 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	15	7		
111	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 30 litros, dimensões aproximadas 49 x 33 x 28 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	10	5		

112	Caixa para armazenamento de microtubos de 0,2 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
113	Caixa para armazenamento de microtubos de 1,5-2,0 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
114	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 100ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
115	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 10ml. Equivalente.	Unidade	60	30		
116	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 200 - 250ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
117	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 20-25ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
118	Dispensador de parede para papel toalha interfolha de 2 ou 3 dobras, constituído em material não met�lico de alta resistência a impactos (p.ex. poliestireno), com kit de parafusos e buchas de instalação, sistema de chave e fechadura, dimensões aproximadas de 29x25x12,5cm (AxLxP), compatível com papel de dimensões de 23x12cm (dobrado). Equivalente.	Unidade	16	8		
119	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 100 mL. Equivalente.	Unidade	20	10		
120	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 500 mL. Equivalente.	Unidade	8	4		
121	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina com pincel, comprimento total de 25,5 cm por 2,0 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
122	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 25,5 cm por 1,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
123	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 28 cm por 3,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		

124	Espátula com colher em chapa de aço inoxidável com 150 mm de comprimento. Equivalente.	Unidade	12	6		
125	Espátula simples nº 22. Confeccionado em aço inoxidável. Embalagem plástica individual. Equivalente.	Unidade	12	6		
126	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 mL. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor azul. Equivalente.	Unidade	12	6		
127	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 ml. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor vermelha. Equivalente.	Unidade	12	6		
128	Estante em arame revestido de PVC da tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 24. Equivalente.	Unidade	30	15		
129	Estante em arame revestido de PVC para tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 12 tubos. Equivalente.	Unidade	24	12		
130	Estante em polipropileno para tubo tipo "Falcon" de 15 mL e 50mL, orifícios redondos, com capacidade para 20 tubos de cada tamanho. Equivalente.	Unidade	16	08		
131	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 100 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
132	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 250 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
133	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 50 ml. Equivalente.	Unidade	30	15		
134	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 500 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
135	Funil de vidro 65 mm de diâmetro, haste curta. Equivalente.	Unidade	20	10		
136	Kit com 03 micropipetas monocanal: volume variável, de 0,5-10uL, 10-100uL e 100-1000uL, totalmente autoclaváveis, resistentes a luz UV, com visor	Kit	4	2		

	indicativo de volume, com ejetor de ponteiros, sistema de molas leve e de fácil operação, anel de identificação de cor e suporte de bancada que permita o acondicionamento de 03 ou 04 micropipetas monocal. Equivalente.					
137	Pipetador de segurança 3 vias com esferas de inox. Equivalente.	Unidade	240	120		
138	Pisseta em polietileno com bico curvo com capacidade de 250-300 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
139	Regulador de pressão para cilindro de gás nitrogênio, de duplo estágio, com manômetros classe B, conexão conforme ABNT- 11725 e de saída conforme CGA E-1, válvula de alívio entre os dois estágios, deve proporcionar fluxo regulável e constante de gás - sem flutuações, corpo em latão forjado, pressão de máxima de entrada de 3000 PSI, pressão máxima de saída 140 PSI, vazão de saída entre 80-90 metros cúbicos por hora. Equivalente.	Unidade	2	1		
140	Suporte em madeira com uma prateleira de altura regulável para 6 funis, orifício de 60mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	4	2		
141	Termo-higrômetro digital de máxima e mínima. Escala de medição de temperatura (mínima) de -30 a 50°C no sensor externo (sonda) e 0 no 50°C no sensor interno (aparelho), e de umidade de 10-99%. Com relógio em escala alternável 12/24 horas. Com sistema de auto sustentação (suporte) e fixação em parede (com parafuso e bucha inclusos), cabo da sonda como no mínimo 1,5 metros. Deve acompanhar bateria(s). Garantia mínima de 1 ano. Equivalente.	Unidade	40	20		
142	Termômetro 110°C (Termômetro químico, com escala interna, capilar espelho refletor, com diâmetro 7 – 8 mm, comprimento entre 25 e 35 cm, para medições entre -10 a 110°C). Equivalente.	Unidade	4	2		
143	Tesoura cirúrgica reta ponta R/R 15 cm em aço inox. Equivalente.	Unidade	16	8		
VALOR TOTAL - LOTE - V						

4. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Cód. Órgão / Unidade Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
451 / 001	06183143122980000 22980000 FORTALECIMENTO DA PERÍCIA TÉCNICA CIENTIFICA	33.90.30.00.00	15000100
		44.90.52.00.00	

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO /EQUIPAMENTOS

5.1. A entrega dos (materiais de consumo/equipamentos), será na Sede da CONTRATANTE, situada na Av. Antônio da Rocha Viana, nº 1294, Bairro Bosque – Rio Branco – Acre, CEP: 69900-000.

5.2. A empresa contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias uteis para realizar a entrega dos (materiais de consumo/equipamentos), contados a partir da data de assinatura do contrato ou da emissão da ordem de entrega, conforme aplicável. A entrega deverá ser efetuada no endereço especificado pela contratante, durante o horário comercial.

5.3. No ato da entrega, o Setor responsável irá fazer a conferência e homologação do (material de consumo/equipamentos) contratado;

5.4. Os (materiais de consumo/equipamentos), serão objeto de inspeção, que será realizada por técnico do Setor responsável, e constará das seguintes fases:

- **Comprovação de que o material/equipamento atende às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela CONTRATADA;**
- **Teste de eficácia nos materiais/equipamentos contratados, se for o caso.**

5.5. O período de inspeção será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

5.6. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos serviços/equipamentos com as especificações técnicas exigidas no Edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, o Setor responsável emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado;

5.7. Nos casos de substituição do equipamento, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

6. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SEFAZ ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 e seus incisos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Constatando-se, junto ao SEFAZ, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SEFAZ para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.8. Constatando-se, junto ao SEFAZ, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SEFAZ para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SEFAZ.

6.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SEFAZ, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

6.16. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$
- TX = Percentual da taxa anual = 6%
- 365

6.18. Os saldos nos cartões terão que ser disponibilizados em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da ordem de empenho.

6.19. A CONTRATADA entregará a Fatura referente ao objeto deste CONTRATO/EMPENHO, acompanhadas das certidões atualizadas conforme relação seguinte:

- **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;**
- **Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;**
- **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;**
- **Certidão Negativa de Débitos (CND) - expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;**
- **Certidão de Quitação de Tributos Estaduais da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;**
- **Certidão Negativa em relação à Dívida Ativa de Tributos Estaduais - expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE;**
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.**

7.1. A duração do contrato será inicialmente de 12 (doze) meses, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitado o prazo máximo admitido na legislação, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, o Tribunal de Contas da União entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis.

8.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

8.3. Aceitar o controle de qualidade a ser realizado pelo contratante;

8.4. Possuir laboratório acreditado (ex: ISO/IEC 17025);

8.5. Comprovar experiência em análise forense;

8.6. Dispor de equipe técnica qualificada;

8.7. Garantir confidencialidade das informações.

8.8. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela PCAC.

8.9. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores.

8.10. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Estudo Técnico Preliminar, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.

8.11. Fornecer os materiais/equipamentos descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência.

8.12. Fornecer os materiais/equipamentos conforme especificações técnicas.

8.13. Substituir produtos defeituosos ou em desacordo com o edital.

8.14. Cumprir os prazos estabelecidos.

8.15. A empresa contratada deverá disponibilizar um canal de atendimento exclusivo para solicitações, esclarecimentos, dúvidas e reclamações, acessível através de número telefônico e endereço de e-mail. Este canal de atendimento deverá estar disponível em horário comercial, das 08h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. A empresa se compromete a responder todas as solicitações recebidas através destes canais em até 48 horas úteis, assegurando um atendimento eficiente e de qualidade.

8.16. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;

8.17. A CONTRATADA, no ato do pagamento tem que estar em dias com todas as obrigações legais e apresentar todas as certidões que comprovem tal regularidade;

8.18. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do Contratante ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

8.19. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;

8.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

8.21. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais/equipamentos, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

8.22. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrente da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE;

8.23. Garantir a melhor eficiência dos objetos, atendidas as especificações exigidas neste Termo de Referência;

8.24. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);

8.25. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência;

8.26. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para fins de contratação pela Administração Pública, apresentando, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, os respectivos comprovantes;

- 8.27. Indicar preposto, quando for o caso, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário;
- 8.28. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;
- 8.29. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues acompanhado respectivamente de nota fiscal ou instituto equivalente com o nome e a caracterização clara e precisa, contendo também o número da Nota de Empenho firmada com o CONTRATANTE.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Efetuar o pagamento de acordo com o previsto neste Termo de Referência;
- 9.2. Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;
- 9.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste termo;
- 9.4. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

10.1. As sanções aplicadas às empresas, não somente se darão com base no Decreto Estadual nº 11.363/23 como também no Título IV das Irregularidades Capítulo Idas DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei 14.133/21.

10.2. O regime de penalidades decorrentes da inadequada execução do contrato observará a disciplina abaixo delineada, sem prejuízo da apuração de perdas e danos e outras sanções previstas na lei civil.

10.3. Serão consideradas infrações administrativas as seguintes condutas praticadas no decorrer da contratação:

- a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa e comportar-se de modo inidôneo;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

10.4. A prática das condutas anteriormente mencionadas sujeitará a Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Estado do Acre, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 03 (cinco) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei;
- f) Sanções previstas no artigo 6o, incisos I e II, da Lei 12.846/2013

10.5. A espécie de penalidade aplicada será definida por órgão próprio do Ministério Público, orientando-se pela gravidade da infração contratual, fundamentadamente apontada pelo Fiscal do Contrato, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, sempre observados os princípios da proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.

10.6. No que tange à pena de natureza pecuniária, considerando sua repercussão sobre o patrimônio da Contratada, deverá ser observado o seguinte regime:

10.7. Multa

10.8. A pena de multa será aplicada em decorrência da mora da Contratada no adimplemento de obrigação contratualmente prevista, bem como nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato.

10.9. Multa moratória

10.10. A multa moratória será graduada conforme a tabela abaixo, por dia útil de atraso injustificado no adimplemento de qualquer obrigação imposta à Contratada no presente Termo de Referência, até o limite máximo de 20 (vinte) dias úteis de mora. O valor da multa será calculado considerando o valor total do contrato, atualizado monetariamente

DIAS ÚTEIS EM ATRASO	PERCENTUAL DA MULTA A SER APLICADA
----------------------	------------------------------------

01 a 05	0,2% ao dia
06 a 10	0,3% ao dia
11 a 15	0,4% ao dia
16 a 20	0,5% ao dia

10.11. **Multa por inexecução parcial ou total**

10.12. Decorrido o prazo máximo considerado como mora no cumprimento da obrigação, 20 (vinte) dias úteis, o contrato será considerado não executado, podendo a inexecução ser parcial ou total.

10.13. A caracterização da inexecução do contrato não será precedida, necessariamente, de mora da Contratada, podendo ser constatada imediatamente após a conduta infratora, a depender da gravidade e repercussão sobre o objeto do contrato.

10.14. A inexecução será considerada total quando a parcela do contrato não adimplida inviabilizar sua conclusão, e parcial quando, diante das condições do caso concreto, for possível prosseguir na execução do ajuste mediante aplicação de penalidade menos gravosa.

10.15. O Fiscal do contrato deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.

10.16. A multa por inexecução total ou parcial do contrato será graduada conforme a gravidade da infração, no percentual de 20% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução total, e de até 15% do valor total do contrato ou do empenho na hipótese de inexecução parcial.

- **Advertência;**
- **Multa;**
- **Suspensão; e,**
- **Declaração de inidoneidade.**

10.17. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observando o princípio da proporcionalidade.

10.18. O valor da multa, quando esta for aplicada, será executado observando-se a ordem prevista no § 1º do art. 19 do Decreto Estadual Nº 5.965/2010.

11. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

11.1. A contratada deverá prestar garantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

11.2. A garantia será prestada nos termos do art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021 a critério do contratante, o contratado (vencedor) deverá prestar garantia antes da assinatura do contrato, ficando a cargo do contratante a sua convocação para prestar a garantia

11.3. Após a convocação o contratado terá 15 (dias) corridos para apresentar a respectiva garantia.

11.4. A exigência de uma garantia que é responsabilidade do setor de Contratos, maior visa assegurar a mitigação dos riscos associados à prática de taxas negativas, garantindo que a contratada tenha condições financeiras e operacionais adequadas para cumprir todas as obrigações contratuais, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Além disso, essa medida incentiva a contratada a propor taxas que sejam exequíveis, promovendo maior responsabilidade e compromisso com a execução do contrato.

11.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.6. A garantia tem como finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e responder por eventuais perdas e danos causados à Administração. A garantia deverá ser mantida pela contratada durante todo o período de vigência do contrato e poderá ser utilizada pela Administração para cobrir quaisquer prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual.

11.7. A garantia será devolvida à contratada após a execução completa do contrato, desde que estejam cumpridas todas as obrigações contratuais, mediante termo de liberação emitido pela Administração

11.8. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Contratante fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia.

11.9. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

- 11.10. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 11.11. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.12. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Contratante.
- 11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escriturai, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser reajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.16. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.17. O garantidor não é parte interessada para figurarem processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.18. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 11.19. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

12.1. LICITAÇÃO

12.2. Pregão Eletrônico, Menor preço por **LOTE**.

12.3. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

12.4. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

12.5. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC

b) CNPJ: 10.584.440/0001-97

c) Av. Getúlio Vargas, 2137 - Bosque, Rio Branco - AC, CEP: 69.900-670.

12.6. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento

12.7. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

12.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

12.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

12.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

12.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

12.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.14. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para fins de contratação pela Administração Pública, apresentando, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, os respectivos comprovantes;

12.15. Indicar preposto, quando for o caso, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário;

12.16. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

12.17. O equipamento/serviço deverá ser entregue acompanhado respectivamente de nota fiscal ou instituto equivalente com o nome e a caracterização clara e precisa, contendo também o número da Nota de Empenho firmada com o CONTRATANTE.

13. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

13.1. As propostas de preços apresentadas durante o processo de pregão eletrônico deverão ter validade 90 (noventa) dias, a contar da realização da sessão pública.

13.2. Após a etapa de lances e negociação, o pregoeiro (a) suspenderá a sessão e apresentará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar ao técnico ou equipe técnica designada pela PCAC, para análise e emissão de parecer técnico.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a qualificação técnica tem por finalidade comprovar que o licitante possui aptidão para desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação.

14.2. Considerando que o objeto consiste no fornecimento de **materiais e equipamentos permanentes**, definem-se como necessárias as seguintes exigências de qualificação técnica:

1. Comprovação de aptidão (atestado de capacidade técnica)

14.3. **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da (s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado;

14.4. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento;

14.5. Apresentação da **Licença/Alvará Sanitário Estadual ou Municipal** da empresa licitante, conforme o que determina a legislação vigente;

14.6. Comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresa emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) da empresa participante do processo licitatório.

14.7. **Justificativa:**

14.8. Garante que a empresa possui experiência prévia e capacidade operacional para cumprir o contrato.

2. Conformidade técnica dos produtos

14.9. Apresentação de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que comprovem que os materiais e equipamentos atendem às especificações exigidas no termo de referência.

14.10. **Justificativa:**

14.11. Assegura que os produtos ofertados são compatíveis com as necessidades da Administração.

3. Certificações e normas técnicas (quando aplicável)

14.12. Comprovação de que os equipamentos atendem às normas técnicas pertinentes (ex: INMETRO, ABNT ou equivalentes).

14.13. **Justificativa:**

14.14. Garante qualidade, segurança e conformidade regulatória dos itens fornecidos.

4. Garantia e assistência técnica

14.15. Declaração ou documentação que comprove a oferta de garantia mínima e, quando aplicável, rede de assistência técnica autorizada.

14.16. **Justificativa:**

14.17. Essencial para equipamentos permanentes, assegurando suporte pós-fornecimento e durabilidade.

5. Autorização do fabricante (quando necessário)

14.18. Nos casos específicos (equipamentos mais complexos ou com tecnologia proprietária), poderá ser exigida carta do fabricante autorizando a empresa a comercializar o produto.

14.19. **Justificativa:**

14.20. Evita fornecimento por intermediários não autorizados e reduz riscos de problemas com garantia.

15. DA QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA

15.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com os §4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura de materiais e equipamentos, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação somente é admitida quando expressamente prevista no edital e no contrato, cabendo à Administração avaliar sua conveniência à luz do interesse público e das características do objeto.

16.2. No presente caso, que trata do fornecimento de materiais e equipamentos, opta-se pela vedação da subcontratação, pelos fundamentos a seguir:

1. Natureza do objeto: O objeto consiste no fornecimento direto de materiais e equipamentos, cuja responsabilidade pela procedência, qualidade, garantia e conformidade técnica deve recair integralmente sobre a empresa contratada, sem intermediários.

2. Rastreabilidade e garantia: A vedação da subcontratação assegura maior controle sobre a origem dos produtos, facilitando a rastreabilidade, acionamento de garantias e responsabilização por vícios ou defeitos.

3. Padronização e qualidade: A execução direta pela contratada evita divergências na especificação, armazenamento e transporte dos materiais, garantindo uniformidade e aderência às exigências técnicas estabelecidas.

4. Redução de riscos contratuais: A subcontratação poderia gerar dificuldades na fiscalização e na responsabilização por eventuais falhas, atrasos ou descumprimentos contratuais, especialmente em relação à entrega e integridade dos equipamentos.

5. Eficiência na gestão contratual: A relação direta com a contratada simplifica a gestão e a fiscalização do contrato, tornando mais célere a solução de problemas e a aplicação de sanções, se necessário.

16.3. Dessa forma, a vedação da subcontratação mostra-se medida **adequada** e proporcional para resguardar o interesse público, garantindo maior controle, qualidade e segurança na execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

16.4. Responsabilidade Integral.

16.5. A contratada será integralmente responsável pela execução materiais/equipamentos, devendo garantir a qualidade, a continuidade e a segurança dos mesmos, conforme especificado no contrato.

16.6. A responsabilidade pela execução dos materiais/equipamentos e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais é exclusiva da contratada, não sendo permitida qualquer forma de delegação a terceiros.

17. REGISTRAR INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS JUNTO A OUTRO ÓRGÃO NA CONDIÇÃO DE PARTICIPANTE

17.1. Quando um órgão publica a IRP ele abre para que outros órgãos possam participar da futura licitação. Isso permite otimizar processos licitatórios, obter melhores preços e, conseqüentemente, boas oportunidades para as empresas.

17.2. O artigo 86 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 dispõe sobre a obrigatoriedade, via de regra, do órgão em publicar a IRP. Essa publicação deve ter prazo mínimo de 8 dias para os demais órgãos manifestarem intenção de participar.

17.3. Em outros termos, permite que as identificações de necessidades compatíveis em mais de um órgão possam ser atendidas mediante único procedimento, somado à possível economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

17.4. Sendo assim, é eminente que a IRP é um procedimento muito útil para a Administração, pois permite otimizar processos licitatórios. Além disso, promove economia para os órgãos públicos, além de criar oportunidades ótimas para empresas. Isso porque a empresa vencedora do certame passará a fornecer produtos e serviços para vários órgãos, aumentando seus ganhos.

17.5. Associado ao fato da empresa vencedora ter um contrato duradouro e muitas vendas.

17.6. Conforme o art. 268 do Decreto Estadual 11.363/23, foi publicado no DOE o AVISO Nº 106/2025/PCAC - DILIC - Intenção de Registro de Preço - IRP (SEI Nº 0020382256)

17.7. Foi coletado, durante o prazo de oito dias úteis, orçamentos e pesquisa no PNCP (0020383159); (0020383525); (0020383544); (0020383567); (0020383578) e (0020383589), FONTE DE PREÇOS (0020383609); Cotação de Preços nº 002/2026 - PCAC (0020383620); (0020384593) e (0020384628) , de empresas do ramo que tem comprovada atuação no mercado local.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O licitante vencedor será convocado para no prazo de até 10 (dez) dias úteis assinar a ata de registro de preços, nos termos do art. 19 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

18.2. De igual modo, após assinatura, a ata terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que devidamente fundamentada, nos termos do art. 84, caput, da Lei 14.133/2021.

18.3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

18.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

18.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

18.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.8. O instrumento contratual de que trata o item 19.6. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

18.9. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.11. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.13. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

18.14. Mantiverem sua proposta original.

18.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.16. O registro a que se refere o item 19.12. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

18.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 19.11. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.19. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

18.20. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 19.33.

18.21. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, no caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, serão renovados os respectivos quantitativos registrados.

18.22. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

18.23. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

18.24. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

18.25. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.26. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

18.27. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

18.28. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.29. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

18.30. **DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

18.31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

18.32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

18.33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

18.34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

18.35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

18.36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

18.37. **DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.38. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

18.39. O remanejamento somente poderá ser feito:

18.40. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

18.41. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante;

18.42. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

18.43. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

18.44. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

18.45. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

18.46. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

18.47. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.48. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

18.49. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado; Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável; Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.50. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.51. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.52. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.53. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.54. Por razão de interesse público;

18.55. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.56. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

18.57. DAS PENALIDADES

18.58. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

18.59. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

18.60. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

18.61. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

19. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

19.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os materiais e prestar os serviços de forma independente.

20. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

20.1. O presente processo licitatório não é de **participação exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

20.2. Para fins do disposto nesta cláusula, o enquadramento como ME ou EPP será comprovado mediante a apresentação da declaração específica constante no Edital e da certidão expedida pela Junta Comercial competente, atualizada.

20.3. A obtenção dos benefícios de que trata esta cláusula fica condicionada à observância das vedações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

21. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

21.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da ordem de entrega, com todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento, na Polícia Civil do Estado do Acre -PCAC, Av. Getúlio Vargas, 2137 - Bosque, Rio Branco - AC, CEP 69.900-670.

21.2. CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

21.3. A Empresa contratada deverá entregar os equipamentos em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

21.4. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

21.5. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

21.6. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

22. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

22.1. Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

22.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

22.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

22.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

22.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

22.6. FISCAL DO CONTRATO

22.7. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

22.8. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

22.9. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

22.10. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

22.11. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

22.12. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

22.13. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

22.14. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

22.15. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

22.16. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

22.17. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

22.18. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

22.19. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

22.20. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

22.21. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

22.22. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

22.23. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

22.24. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

22.25. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

22.26. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

22.27. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

22.28. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;

22.29. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

22.30. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

22.31. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

22.32. **GESTOR DO CONTRATO**

22.33. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

22.34. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

22.35. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

22.36. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

22.37. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

22.38. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

22.39. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;

22.40. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;

22.41. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;

22.42. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;

22.43. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

22.44. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;

22.45. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

22.46. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassem o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

22.47. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

22.48. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

22.49. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

22.50. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;

22.51. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

22.52. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

22.53. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

22.54. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;

22.55. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

23. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

23.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente ao princípio do parcelamento, a Administração Pública deve, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, dividir o objeto da contratação em parcelas, com vistas a ampliar a competitividade e assegurar a proposta mais vantajosa.

23.2. No presente caso, o objeto da contratação foi analisado sob os aspectos técnico, econômico e operacional, verificando-se que o parcelamento é **viável e recomendável**, pelos seguintes motivos:

23.3. **Ampliação da competitividade:** O parcelamento possibilita a participação de um maior número de licitantes, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo isonomia e concorrência mais ampla.

23.4. **Melhor aproveitamento do mercado:** A divisão do objeto permite que empresas especializadas em partes específicas possam ofertar propostas mais vantajosas e com maior qualidade

23.5. **Economicidade:** A disputa por itens ou lotes separados tende a resultar em melhores preços para a Administração, evitando concentração de mercado.

23.6. **Facilidade na execução e fiscalização:** A segmentação do objeto pode contribuir para maior controle na execução contratual, possibilitando acompanhamento mais eficiente de cada etapa.

23.7. **Redução de riscos:** O parcelamento diminui o impacto de eventual inadimplemento, já que problemas em uma parcela não comprometem integralmente a execução do objeto.

23.8. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto atende ao interesse público, estando em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

24. PARTICIPAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Será permitida a participação extraordinária de órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do processo licitatório original, desde que devidamente comprovada a vantagem e com a anuência do órgão gerenciador.

24.2. A adesão extraordinária deve ser formalmente solicitada e aprovada pelo órgão gerenciador, observando as condições e limitações estabelecidas nesta cláusula.

24.3. **Limite de Quantitativo para Participação Extraordinária:** As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades participantes extraordinários não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

24.4. A autorização para a participação extraordinária e o respectivo quantitativo solicitado deverão ser formalmente aprovados pelo órgão gerenciador antes da realização da contratação ou aquisição.

24.5. Conforme disposto no art. 85 da Lei nº 14.133/2021.

25. RESCISÃO CONTRATUAL

25.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

26. DA FUNDAMENTAL LEGAL

26.1. A contratação prevista neste termo tem amparo legal na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e nos Decretos Estaduais nº 5.965, nº 5.967 e nº 5.972, de 30 de dezembro de 2010.

27. DISPOSIÇÃO GERAIS

27.1. No presente caso, a modalidade de licitação é o pregão eletrônico - SRP, e, de acordo com o Decreto nº 11.363/2023 e as exigências de habilitação devem seguir o disposto na art. 62 a 70, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

28. ANEXOS

28.1. ANEXO I - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 0064.016163.00007/2026-00).

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

[Assinado Eletronicamente]

Rogério de Sousa Campos

Chefe da Divisão de Compras e Licitação/PCAC

Portaria nº1068, 23/10/2024, D.O.E nº 13.890, 24/10/2024.

[Assinado Eletronicamente]

Pedro Paulo Silva Buzolin

Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Acre/PCAC

Decreto nº 13.333-P, 08/04/2026 - D.O.E. nº 14.242-A, 08/04/2026.



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE SOUSA CAMPOS**, Cargo **Comissionado**, em 22/06/2026, às 14:29, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021341447** e o código CRC **D1F5AE1B**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0064.016163.00007/2026-00

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/2026/POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC

A **POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ (MF) sob o número **10.584.440/0001-97**, com sede na com sede na Av. Antônio da Rocha Viana, nº. 1.294, Bosque, neste Município de Rio Branco, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **DELEGADO - GERAL da POLICIA CIVIL**, o Senhor **PEDRO PAULO SILVA BUZOLIN**, brasileiro, residente e domiciliado no município de Rio Branco/AC, com competência conferida pelo Decreto Estadual nº 13.333-P, publicado no DOE nº 14.242-A de 08 de abril de 2026, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de preços de **materiais de consumo e laboratoriais** para atender a demanda dos Laboratórios de Análises Forense do Instituto de Análise Forense - I.A.F. do Departamento Polícia Técnico-Científica-DPTC da Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário \\	Valor Total (R\$)
LOTE I - REAGENTES						
1	Butanol PA, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca Frasco de 1 litro. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
2	Acetaldeído (etanal) PA anidro ou superior, teor mínimo de 99,5% 500 mL. Frasco com tampa de rosca. Equivalente.	Frasco	50	25		
3	Acetato de sódio anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
4	Acetonitrila grau HPLC, teor mínimo 99,9%. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	100	50		
5	Ácido cítrico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
6	Ácido hexacloroplatínico ACS ≥37,5% - 1 grama. Equivalente.	Frasco	50	25		
7	Agente de derivatização MTBSTFA (N-tert-Butyldimethylsilyl-N-methyltrifluoroacetamide com 1% de tert-Butyldimethylchlorosilane). Ampola com 1mL. Equivalente.	Ampola	150	75		
8	Água destilada para injeção, sachê/frasco de 10 mL. Equivalente.	Unidade	2.500	1.250		
9	Citrato de sódio tribásico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
10	Detergente alcalino concentrado para uso em laboratório. Teor de agentes ativos >25%, pH >10. Cada litro suficiente para fazer 15 litros de solução de lavagem. Litro. Equivalente.	Frasco	150	75		
11	Diclorometano grau HPLC - 1000mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		

12	Enzima beta-glicuronidase extraída de <i>Helix Pomatia</i> , pó liofilizado, ≥400.000 UI/g. Frasco com 100.000UI. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
13	Fenoltaleína PA, frasco de 25 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
14	Reagente para identificação de hemoglobina por quimiluminescência (tipo luminol, bluestar forensic ou equivalente), contendo 8 saches para 118mL ml de solução de uso. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		
15	Ácido Etilenodiaminotetracético - EDTA (2H ₂ O), para biologia molecular (CAS 6381-92-6). Equivalente.	Kg	25	12		
16	Sílica gel azul 4-8mm. Frasco de 1000 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
17	Sistema de amplificação multiplex de STRs autossômicos com marcação fluorescente para identificação humana para uso forense. Grau DNA Forense (conformidade com a ISO 18385:2016). O conjunto de reagentes deve permitir a amplificação conjunta em uma mesma reação de PCR dos 20 marcadores CODIS expandido (D3S1358, TH01, D21S11, D18S51, D5S818, D13S317, D7S820, D16S539, CSF1PO, vWA, D8S1179, TPOX, FGA, D1S1656, D2S441, D2S1338, D10S1248, D12S391, D19S433 e D22S1045) e do marcador Amelogenina, no mínimo. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência (mucosa bucal) a partir	Reações	20.000	10.000		

	<p>de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante.</p> <p>O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.</p>					
18	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 10,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
19	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 4,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
20	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 7,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
21	<p>Solução de referência certificada de benzodiazepínicos, composta por no mínimo: alprazolam, clonazepam, diazepam, flunitrazepam, lorazepam, nitrazepam, oxazepam e temazepam. Cada fármaco com concentração de 250ug/mL em acetonitrila. Ampola com 1mL. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
22	<p>Solução de referência certificada de benzoilecgonina deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
23	<p>Solução de referência certificada de cocaína deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		

24	Solução de referência certificada de Diazepam deuterado (Diazepam-D5) 100ug/mL em metanol, ampola com 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
25	Solução padrão de referência de etanol 100 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
26	Solução padrão de referência de etanol 150 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
27	Solução padrão de referência de etanol 25 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Kit	50	25		
28	Solução padrão de referência de etanol 300 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
29	Solução padrão de referência de etanol 50 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Ki	50	25		
30	Solução padrão de referência de etanol 500 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
31	Sulfato de Sódio Anidro Grau PA ACS 500g. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
32	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias (substância - cut-off (ng/mL)): anfetamina-300, cocaína-150, THC-50, metanfetamina-300, opioides/morfina-300, fenciclidina-25, benzodiazepínico-300, antidepressivos tricíclicos-1000, barbitúrico-200, MDMA-500, metadona-300 e propoxifeno-300. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	200	100		
33	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias anfetamina, cocaína,	Caixa	200	100		

	THC, metanfetamina, opioides, fenciclidina, benzodiazepínico, antidepressivos tricíclicos, barbitúrico, MDMA, metadona e morfina. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.					
34	Teste imunocromatográfico com poço para adição da amostras (tipo “sabonete”) para detecção de PSA no soro humano. Sensibilidade mínima de 4 ng/ml. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
35	Teste imunocromatográfico com poço para adição de amostra (tipo “sabonete”) para detecção de hemoglobina humana nas fezes, cada unidade com tampão diluente em frasco tipo gotejador. Sensibilidade mínima de 40ng/ml. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
36	Teste imunocromatográfico para detecção do hormônio Gonadotrofina Coriônica (b-HCG) em urina e soro humano. Sensibilidade mínima de 25mUI/ml. Caixa com 30 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	300	150		
37	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de cocaína e seus metabólitos. Sensibilidade mínima para detecção de cocaína de 150ng/mL. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	250	125		
38	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e outros canabinóides. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		

39	Teste imunocromatográfico qualitativo 2 parâmetros para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e cocaína. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL e cocaína de 150 ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	200	100		
40	Tiocianato de amônio PA 500GR. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
41	Tira indicadora de pH, escala de 0-14, caixa em plástico transparente e rígido, com escala de medição colorida visível na caixa, 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - I						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE II - REAGENTES CONTROLADOS						
42	Acetato de etila Grau UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
43	Acetona (propanona) grau HPLC, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	50	25		
44	Ácido Clorídrico PA 37% - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		
45	Clorofórmio PA - 1000 mL, teor mínimo de 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
46	Clorofórmio UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
47	Éter etílico padrão HPLC (CH3CH2)2O) - 1000 mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
48	FORMAMIDA HI-DI - Frasco com 5 ml. Suficiente para 80 corridas. Para uso exclusivo com os Analisadores Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	100	50		
VALOR TOTAL - LOTE - II						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE III - INSUMOS						
49	Álcool etílico 70 °GL ou 70% p/p (INPM) - 1000 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	2.500	1.250		
50	Álcool etílico absoluto grau HPLC - 1000 mL, terior mínimo 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
51	Álcool etílico PA - 1000 mL, teor mínimo 95%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
52	Álcool metílico ACS - 1000 mL, teor mínimo 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	200	100		
53	Álcool metílico grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
54	Álcool n-propílico (1-propanol) grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
55	Filme adesivo metalizado para reações de PCR em placa, compatível com placa MicroAmp de 96 poços. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		

56	Filme adesivo transparente para análise automatizada de quantificação de DNA em tempo real, compatível com placa MicroAmp 96 poços, compatível com analisador de RT-PCR 7500. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
57	Filtro e tubo para purificação de soluções biológicas para recuperação e concentração de DNA e proteínas. Filtro em celulose regenerada de fluxo rápido. Tubo compatível com centrífugas de microtubos de 1,5 mL. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
58	Filtro para seringa em Nylon 0,45 micrômetros, 25mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
59	Filtro para seringa em PTFE 0,22 micrômetros, 13mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	7.200	3.600		
60	Insert em borossilicato para vial de cromatografia gasosa, 250 uL com spring, compatível com vial de 2mL utilizado no sistema automatizado Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
61	Kit fluorescente próprio para identificação humana contendo no mínimo 23 marcadores para o cromossomo Y humano, incluindo loci de mutação rápida. Sistema altamente tolerante a inibidores comuns em amostras complexas. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência	Reações	20.000	10.000		

	(mucosa bucal) a partir de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. ENTREGA PROGRAMADA. Equivalente.					
62	Kit para extração e purificação de DNA de amostras forenses complexas, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Com cestos de centrifugação para eliminar a necessidade de transferência dos swabs e assim minimizar a contaminação cruzada. Caixa com 48 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	150	75		
63	Kit para extração e purificação diferencial de DNA em amostra de crime sexual, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Para extração diferencial de células epiteliais e espermáticas. Extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 50 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	150	75		
64	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para LSD. Sistema com reagente de Erlich para LSD. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
65	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para MDMA (ecstasy) e outras anfetaminas.: Sistema reagente nitroprussiato de sódio para metanfetamina e MDMA. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
66	Kit para rápida extração e purificação de DNA em amostras de ossos e dentes pulverizados, compatível com a plataforma automatizada	Caixa	4.600	2.300		

	Promega Maxwell FSC. Com tampão de desmineralização. Para extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 100 reações. Entrega programada. Equivalente.					
67	Kit que fornece uma avaliação qualitativa e quantitativa de amostras forenses em uma única reação, com base na tecnologia de PCR em tempo real. Permite estimar simultaneamente a quantidade total de DNA humano e de DNA masculino amplificáveis em uma amostra (capaz de determinar a razão de DNA masculino: feminino). Amplificação adicional de alvo com múltiplas cópias para avaliar o grau de degradação do DNA. O kit deve conter controle positivo interno, que permite identificar a presença de inibidores na amostra. Os alvos amplificados devem ser regiões de múltiplas cópias, o que aumenta a sensibilidade do kit. O kit deve conter mix de reação, mix de primers e sondas. Compatível com o equipamento 7500 Real Time PCR e QuantStudio (Thermo Fisher). Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.	Reações	30.000	15.000		
68	Pipeta Pasteur em vidro, ponta ultra-fina, volume de 2mL, 150mm de comprimento, ponta com diâmetro máximo de 1,92mm e mínimo de 1,50mm, diâmetro da boca com diâmetro máximo de 7,3mm e mínimo de 7,0mm. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
69	Placa de 96 poços para reações de PCR Real Time, compatível como RT PCR 7500. Caixa com 10 placas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	150	75		
70	Ponteiras para pipeta de volume de 100- 1000uL com barreira. Caixa com 960 un. Equivalente.	Unidade	25	12		

71	Ponteiras para pipeta de volume de 1- 100uL, com barreira. Caixa com 960 um. Equivalente.	Unidade	25	12		
72	Ponteiras para volume de 0,1-10uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Equivalente.	Unidade	500	250		
73	Ponteiras para volume de 100-1000uL – Pacote com 1.000 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Pacote	150	75		
74	Ponteiras para volume de 1-100uL – Pacote com 1.000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
75	Ponteiras para volume de 1-100uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
76	Ponteiras para volume de 1-200uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
77	Ponteiras para volume de 1-40uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
78	POP-4™ Polymer for 3500/3500xL Genetic Analyzers. Polímero POP4 utilizado como matriz de separação para uso exclusivo nos Analisadores Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Pronto para aplicação no equipamento. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	200	100		
79	PROTEINASE K - enzima de desnaturação proteica proteinase k, livre dnase e rnase, ativa na presença de ureia, triton, EDTA e SDS (em concentração até 1%), estável a temperatura acima de 50°C. (embalagem de 100mg). Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da	Unidade	100	50		

	entrega. Entrega programada. Equivalente.					
80	Refil de filtração de gases tipo CP17973 para sistema de cromatografia gasosa marca Agilent. Equivalente.	Unidade	50	25		
81	Vanilina PA - 100 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
82	Verde de bromocresol. Frasco de 5 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
83	Vial para cromatografia gasosa em vidro âmbar, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	150	75		
84	Vial para cromatografia gasosa para injeção por head space, em vidro transparente, capacidade para 20 mL, 23 x 75 mm, bocal de 18mm com rosca, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	250	125		
VALOR TOTAL - LOTE - III						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE IV - MATERIAIS DE COSNUMO						
85	Filme de PVC culinário, rolo de 28 cm x 30 metros. Equivalente.	Rolo	500	250		
86	Lâmina para microscopia em vidro liso, 26 x 76 mm, espessura de 1,0-1,2mm, não lapidada. Caixa com 50 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
87	Lanceta automática estéril para punção superficial, embaladas individualmente, disparo por contato, caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
88	Microtubo de 1,5ml de polipropileno, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis com fundo cônico. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
89	Microtubo de 2 mL (tubo de polipropileno, 2ml de capacidade, graduado, transparente) embalagem com 1000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
90	Microtubo para PCR de 0,2 mL (tubo de polipropileno, com capacidade para 200 microlitros, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
91	Óleo de lubrificação tipo INLAND 45 para bomba de vácuo do sistema de cromatografia gasosa hifenada a espectrometria de massas. Litro. Equivalente.	Frasco	25	12		
92	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T01. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		

93	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T02. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		
94	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T03. Equivalente.	Unidade	36.000	18.000		
95	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T04. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		
96	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T05. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
97	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T06. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
98	Tampa magnética 18mm com rosca e septo bicamada em teflon/silicone para vial de headspace. Deve suportar aquecimento de até 300C. Compatível com sistema automatizado de amostragem Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	250	125		
99	Vial para cromatografia gasosa em vidro transparente, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
100	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 15 mL, pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	200	100		
101	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 50 mL, pacote com 50 unidades.. Equivalente.	Pacote	360	180		
102	Tubo criogênico (para congelamento) graduado, com	Unidade	10.000	5.000		

	rosca externa e anel vedante, volume útil de 5mL, confeccionado em polipropileno, fundo cônico e base chata que possibilite o tubo ficar em pé (auto-sustentável), atóxico, autoclavável, resistente a temperaturas entre -70° e 121°C. Equivalente.					
103	Tubo para coleta de sangue a vácuo com fluoreto de sódio e EDTA, volume útil de 4,0ml, tampa cinza - caixa com 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - IV						

1.5.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE V - MATERIAIS PERMANENTE						
104	Alicate de pressão medida de 10" (224 mm), abertura máxima da boca: 1.1/8" (28 mm), boca e cabo confeccionados em aço cromo vanádio e acabamento niquelado e cromado. Equivalente.	Unidade	2	1		
105	Alicate universal 8" confeccionado em aço cromo vanádio, cabo isolado e anti-deslizante com abas protetoras e arestas arredondadas, capacidade de corte de arames duros de 2,0mm. Equivalente.	Unidade	2	1		
106	Balão volumétrico de 100mL com rolha em polipropileno. Vidro em borosilicato, com 17cm de altura e 6,1cm de diâmetro. Limite de erro 0,1mL. Fabricado de acordo com a Norma ISO 1042. Com certificado de calibração. Equivalente.	Unidade	20	10		
107	Bastão de vidro neutro maciço, medidas de 6 x 300 mm. Equivalente.	Unidade	60	30		
108	Bulbo (tetina) confeccionado em silicone para pipetagem utilizando Pasteur de vidro, com volume interno máximo de 3mL e mínimo de 1,5mL, para pipetas com boca entre 7,0-7,5mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	60	30		
109	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 12 litros, dimensões aproximadas 35,5 x 24,5 x 21 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	25	12		
110	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 20 litros, dimensões aproximadas 42 x 28 x 27 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	15	7		

111	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 30 litros, dimensões aproximadas 49 x 33 x 28 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	10	5		
112	Caixa para armazenamento de microtubos de 0,2 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
113	Caixa para armazenamento de microtubos de 1,5-2,0 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
114	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 100ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
115	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 10ml. Equivalente.	Unidade	60	30		
116	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 200 - 250ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
117	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 20-25ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
118	Dispensador de parede para papel toalha interfolha de 2 ou 3 dobras, constituído em material não met�lico de alta resistência a impactos (p.ex. poliestireno), com kit de parafusos e buchas de instalação, sistema de chave e fechadura, dimensões aproximadas de 29x25x12,5cm (AxLxP), compatível com papel de dimensões de 23x12cm (dobrado). Equivalente.	Unidade	16	8		
119	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 100 mL. Equivalente.	Unidade	20	10		
120	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 500 mL. Equivalente.	Unidade	8	4		
121	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina com pincel, comprimento total de 25,5 cm por 2,0 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		

122	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 25,5 cm por 1,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
123	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 28 cm por 3,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
124	Espátula com colher em chapa de aço inoxidável com 150 mm de comprimento. Equivalente.	Unidade	12	6		
125	Espátula simples nº 22. Confeccionado em aço inoxidável. Embalagem plástica individual. Equivalente.	Unidade	12	6		
126	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 mL. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor azul. Equivalente.	Unidade	12	6		
127	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 mL. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor vermelha. Equivalente.	Unidade	12	6		
128	Estante em arame revestido de PVC da tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 24. Equivalente.	Unidade	30	15		
129	Estante em arame revestido de PVC para tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 12 tubos. Equivalente.	Unidade	24	12		
130	Estante em polipropileno para tubo tipo "Falcon" de 15 mL e 50mL, orifícios redondos, com capacidade para 20 tubos de cada tamanho. Equivalente.	Unidade	16	08		
131	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 100 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
132	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 250 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
133	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa	Unidade	30	15		

	rosqueável GL 45, antigotas, 50 ml. Equivalente.					
134	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 500 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
135	Funil de vidro 65 mm de diâmetro, haste curta. Equivalente.	Unidade	20	10		
136	Kit com 03 micropipetas monocal: volume variável, de 0,5-10uL, 10-100uL e 100-1000uL, totalmente autoclaváveis, resistentes a luz UV, com visor indicativo de volume, com ejetor de ponteiros, sistema de molas leve e de fácil operação, anel de identificação de cor e suporte de bancada que permita o acondicionamento de 03 ou 04 micropipetas monocal. Equivalente.	Kit	4	2		
137	Pipetador de segurança 3 vias com esferas de inox. Equivalente.	Unidade	240	120		
138	Pisseta em polietileno com bico curvo com capacidade de 250-300 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
139	Regulador de pressão para cilindro de gás nitrogênio, de duplo estágio, com manômetros classe B, conexão conforme ABNT- 11725 e de saída conforme CGA E-1, válvula de alívio entre os dois estágios, deve proporcionar fluxo regulável e constante de gás - sem flutuações, corpo em latão forjado, pressão de máxima de entrada de 3000 PSI, pressão máxima de saída 140 PSI, vazão de saída entre 80-90 metros cúbicos por hora. Equivalente.	Unidade	2	1		
140	Suporte em madeira com uma prateleira de altura regulável para 6 funis, orifício de 60mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	4	2		
141	Termo-higrômetro digital de máxima e mínima. Escala de medição de temperatura (mínima) de -30 a 50°C no sensor externo (sonda) e 0 no 50°C no sensor interno (aparelho), e de umidade de 10-99%. Com relógio em escala alternável 12/24 horas. Com sistema de auto sustentação	Unidade	40	20		

	(suporte) e fixação em parede (com parafuso e bucha inclusos), cabo da sonda como no mínimo 1,5 metros. Deve acompanhar bateria(s). Garantia mínima de 1 ano. Equivalente.					
142	Termômetro 110°C (Termômetro químico, com escala interna, capilar espelho refletor, com diâmetro 7 – 8 mm, comprimento entre 25 e 35 cm, para medições entre -10 a 110°C). Equivalente.	Unidade	4	2		
143	Tesoura cirúrgica reta ponta R/R 15 cm em aço inox. Equivalente.	Unidade	16	8		
VALOR TOTAL - LOTE - V						
TOTAL GERAL DOS LOTES: I+II+III+IV+V						

2. CLÁUSULA SEGUNA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO
- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
- 3.1. O órgão gerenciador será a Policia Civil do Estado do Acre - PCAC
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.
4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
5. CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA AS ADESÕES
- 5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou

entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

7.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.

7.8. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.9. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.10. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.12. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

7.13. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.16. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.17. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.18. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

7.19. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.20. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

7.21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. CLÁUSULA NONA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados

9.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023

10.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de aplicação de sanção previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Branco – Ac, xxx de xxxxxxxx de 2026.

PEDRO PAULO SILVA BUZOLIN
DELEGADO GERAL
POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE
CONTRATANTE

XXXXX
Representante Legal
XXXXXXXXXX
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE SOUSA CAMPOS**, Diretor(a) Administrativo(a), em 27/04/2026, às 11:05, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020498189** e o código CRC **E431C2BC**.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 0064.016163.00007/2026-00
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. xxx/2026

ENCARTE I

Relação do(s) Fornecedor(es)/Preços Registrados por ocasião do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº xxx/2026

- **EMPRESA XXXXXXXX**

CNPJ: XXXXXXXX

Vencedora dos itens X; X; X ;X

Valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXX).

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário \\	Valor Total (R\$)
LOTE I - REAGENTES						
1	Butanol PA, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca Frasco de 1 litro. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
2	Acetaldeído (etanal) PA anidro ou superior, teor mínimo de 99,5% 500 mL. Frasco com tampa de rosca. Equivalente.	Frasco	50	25		
3	Acetato de sódio anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
4	Acetonitrila grau HPLC, teor mínimo 99,9%. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	100	50		
5	Ácido cítrico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
6	Ácido hexacloroplatínico ACS ≥37,5% - 1 grama. Equivalente.	Frasco	50	25		
7	Agente de derivatização MTBSTFA (N-tert-Butyldimethylsilyl-N-methyltrifluoroacetamide com 1% de tert-Butyldimethylchlorosilane). Ampola com 1mL. Equivalente.	Ampola	150	75		
8	Água destilada para injeção, sachê/frasco de 10 mL. Equivalente.	Unidade	2.500	1.250		
9	Citrato de sódio tribásico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
10	Detergente alcalino concentrado para uso em laboratório. Teor de agentes ativos >25%, pH >10. Cada litro suficiente para fazer 15 litros de solução de lavagem. Litro. Equivalente.	Frasco	150	75		
11	Diclorometano grau HPLC - 1000mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		

12	Enzima beta-glicuronidase extraída de <i>Helix Pomatia</i> , pó liofilizado, ≥400.000 UI/g. Frasco com 100.000UI. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
13	Fenoltaleína PA, frasco de 25 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
14	Reagente para identificação de hemoglobina por quimiluminescência (tipo luminol, bluestar forensic ou equivalente), contendo 8 saches para 118mL ml de solução de uso. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		
15	Ácido Etilenodiaminotetracético - EDTA (2H ₂ O), para biologia molecular (CAS 6381-92-6). Equivalente.	Kg	25	12		
16	Sílica gel azul 4-8mm. Frasco de 1000 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
17	Sistema de amplificação multiplex de STRs autossômicos com marcação fluorescente para identificação humana para uso forense. Grau DNA Forense (conformidade com a ISO 18385:2016). O conjunto de reagentes deve permitir a amplificação conjunta em uma mesma reação de PCR dos 20 marcadores CODIS expandido (D3S1358, TH01, D21S11, D18S51, D5S818, D13S317, D7S820, D16S539, CSF1PO, vWA, D8S1179, TPOX, FGA, D1S1656, D2S441, D2S1338, D10S1248, D12S391, D19S433 e D22S1045) e do marcador Amelogenina, no mínimo. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência (mucosa bucal) a partir	Reações	20.000	10.000		

	<p>de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante.</p> <p>O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.</p>					
18	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 10,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
19	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 4,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
20	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 7,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
21	<p>Solução de referência certificada de benzodiazepínicos, composta por no mínimo: alprazolam, clonazepam, diazepam, flunitrazepam, lorazepam, nitrazepam, oxazepam e temazepam. Cada fármaco com concentração de 250ug/mL em acetonitrila. Ampola com 1mL. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
22	<p>Solução de referência certificada de benzoilecgonina deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
23	<p>Solução de referência certificada de cocaína deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		

24	Solução de referência certificada de Diazepam deuterado (Diazepam-D5) 100ug/mL em metanol, ampola com 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
25	Solução padrão de referência de etanol 100 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
26	Solução padrão de referência de etanol 150 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
27	Solução padrão de referência de etanol 25 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Kit	50	25		
28	Solução padrão de referência de etanol 300 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
29	Solução padrão de referência de etanol 50 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Ki	50	25		
30	Solução padrão de referência de etanol 500 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
31	Sulfato de Sódio Anidro Grau PA ACS 500g. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
32	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias (substância - cut-off (ng/mL)): anfetamina-300, cocaína-150, THC-50, metanfetamina-300, opioides/morfina-300, fenciclidina-25, benzodiazepínico-300, antidepressivos tricíclicos-1000, barbitúrico-200, MDMA-500, metadona-300 e propoxifeno-300. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	200	100		
33	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias anfetamina, cocaína,	Caixa	200	100		

	THC, metanfetamina, opioides, fenciclidina, benzodiazepínico, antidepressivos tricíclicos, barbitúrico, MDMA, metadona e morfina. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.					
34	Teste imunocromatográfico com poço para adição da amostras (tipo “sabonete”) para detecção de PSA no soro humano. Sensibilidade mínima de 4 ng/ml. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
35	Teste imunocromatográfico com poço para adição de amostra (tipo “sabonete”) para detecção de hemoglobina humana nas fezes, cada unidade com tampão diluente em frasco tipo gotejador. Sensibilidade mínima de 40ng/ml. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
36	Teste imunocromatográfico para detecção do hormônio Gonadotrofina Coriônica (b-HCG) em urina e soro humano. Sensibilidade mínima de 25mUI/ml. Caixa com 30 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	300	150		
37	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de cocaína e seus metabólitos. Sensibilidade mínima para detecção de cocaína de 150ng/mL. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	250	125		
38	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e outros canabinóides. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		

39	Teste imunocromatográfico qualitativo 2 parâmetros para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e cocaína. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL e cocaína de 150 ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	200	100		
40	Tiocianato de amônio PA 500GR. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
41	Tira indicadora de pH, escala de 0-14, caixa em plástico transparente e rígido, com escala de medição colorida visível na caixa, 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - I						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE II - REAGENTES CONTROLADOS						
42	Acetato de etila Grau UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
43	Acetona (propanona) grau HPLC, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	50	25		
44	Ácido Clorídrico PA 37% - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		
45	Clorofórmio PA - 1000 mL, teor mínimo de 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
46	Clorofórmio UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
47	Éter etílico padrão HPLC (CH3CH2)2O) - 1000 mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
48	FORMAMIDA HI-DI - Frasco com 5 ml. Suficiente para 80 corridas. Para uso exclusivo com os Analisadores Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	100	50		
VALOR TOTAL - LOTE - II						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE III - INSUMOS						
49	Álcool etílico 70 °GL ou 70% p/p (INPM) - 1000 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	2.500	1.250		
50	Álcool etílico absoluto grau HPLC - 1000 mL, terior mínimo 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
51	Álcool etílico PA - 1000 mL, teor mínimo 95%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
52	Álcool metílico ACS - 1000 mL, teor mínimo 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	200	100		
53	Álcool metílico grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
54	Álcool n-propílico (1-propanol) grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
55	Filme adesivo metalizado para reações de PCR em placa, compatível com placa MicroAmp de 96 poços. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		

56	Filme adesivo transparente para análise automatizada de quantificação de DNA em tempo real, compatível com placa MicroAmp 96 poços, compatível com analisador de RT-PCR 7500. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
57	Filtro e tubo para purificação de soluções biológicas para recuperação e concentração de DNA e proteínas. Filtro em celulose regenerada de fluxo rápido. Tubo compatível com centrífugas de microtubos de 1,5 mL. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
58	Filtro para seringa em Nylon 0,45 micrômetros, 25mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
59	Filtro para seringa em PTFE 0,22 micrômetros, 13mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	7.200	3.600		
60	Insert em borossilicato para vial de cromatografia gasosa, 250 uL com spring, compatível com vial de 2mL utilizado no sistema automatizado Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
61	Kit fluorescente próprio para identificação humana contendo no mínimo 23 marcadores para o cromossomo Y humano, incluindo loci de mutação rápida. Sistema altamente tolerante a inibidores comuns em amostras complexas. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência	Reações	20.000	10.000		

	(mucosa bucal) a partir de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. ENTREGA PROGRAMADA. Equivalente.					
62	Kit para extração e purificação de DNA de amostras forenses complexas, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Com cestos de centrifugação para eliminar a necessidade de transferência dos swabs e assim minimizar a contaminação cruzada. Caixa com 48 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	150	75		
63	Kit para extração e purificação diferencial de DNA em amostra de crime sexual, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Para extração diferencial de células epiteliais e espermáticas. Extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 50 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	150	75		
64	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para LSD. Sistema com reagente de Erlich para LSD. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
65	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para MDMA (ecstasy) e outras anfetaminas.: Sistema reagente nitroprussiato de sódio para metanfetamina e MDMA. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
66	Kit para rápida extração e purificação de DNA em amostras de ossos e dentes pulverizados, compatível com a plataforma automatizada	Caixa	4.600	2.300		

	Promega Maxwell FSC. Com tampão de desmineralização. Para extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 100 reações. Entrega programada. Equivalente.					
67	Kit que fornece uma avaliação qualitativa e quantitativa de amostras forenses em uma única reação, com base na tecnologia de PCR em tempo real. Permite estimar simultaneamente a quantidade total de DNA humano e de DNA masculino amplificáveis em uma amostra (capaz de determinar a razão de DNA masculino: feminino). Amplificação adicional de alvo com múltiplas cópias para avaliar o grau de degradação do DNA. O kit deve conter controle positivo interno, que permite identificar a presença de inibidores na amostra. Os alvos amplificados devem ser regiões de múltiplas cópias, o que aumenta a sensibilidade do kit. O kit deve conter mix de reação, mix de primers e sondas. Compatível com o equipamento 7500 Real Time PCR e QuantStudio (Thermo Fisher). Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.	Reações	30.000	15.000		
68	Pipeta Pasteur em vidro, ponta ultra-fina, volume de 2mL, 150mm de comprimento, ponta com diâmetro máximo de 1,92mm e mínimo de 1,50mm, diâmetro da boca com diâmetro máximo de 7,3mm e mínimo de 7,0mm. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
69	Placa de 96 poços para reações de PCR Real Time, compatível como RT PCR 7500. Caixa com 10 placas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	150	75		
70	Ponteiras para pipeta de volume de 100- 1000uL com barreira. Caixa com 960 un. Equivalente.	Unidade	25	12		

71	Ponteiras para pipeta de volume de 1- 100uL, com barreira. Caixa com 960 um. Equivalente.	Unidade	25	12		
72	Ponteiras para volume de 0,1-10uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Equivalente.	Unidade	500	250		
73	Ponteiras para volume de 100-1000uL – Pacote com 1.000 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Pacote	150	75		
74	Ponteiras para volume de 1-100uL – Pacote com 1.000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
75	Ponteiras para volume de 1-100uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
76	Ponteiras para volume de 1-200uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
77	Ponteiras para volume de 1-40uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
78	POP-4™ Polymer for 3500/3500xL Genetic Analyzers. Polímero POP4 utilizado como matriz de separação para uso exclusivo nos Analisadores Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Pronto para aplicação no equipamento. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	200	100		
79	PROTEINASE K - enzima de desnaturação proteica proteinase k, livre dnase e rnase, ativa na presença de ureia, triton, EDTA e SDS (em concentração até 1%), estável a temperatura acima de 50°C. (embalagem de 100mg). Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da	Unidade	100	50		

	entrega. Entrega programada. Equivalente.					
80	Refil de filtração de gases tipo CP17973 para sistema de cromatografia gasosa marca Agilent. Equivalente.	Unidade	50	25		
81	Vanilina PA - 100 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
82	Verde de bromocresol. Frasco de 5 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
83	Vial para cromatografia gasosa em vidro âmbar, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	150	75		
84	Vial para cromatografia gasosa para injeção por head space, em vidro transparente, capacidade para 20 mL, 23 x 75 mm, bocal de 18mm com rosca, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	250	125		
VALOR TOTAL - LOTE - III						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE IV - MATERIAIS DE COSNUMO						
85	Filme de PVC culinário, rolo de 28 cm x 30 metros. Equivalente.	Rolo	500	250		
86	Lâmina para microscopia em vidro liso, 26 x 76 mm, espessura de 1,0-1,2mm, não lapidada. Caixa com 50 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
87	Lanceta automática estéril para punção superficial, embaladas individualmente, disparo por contato, caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
88	Microtubo de 1,5ml de polipropileno, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis com fundo cônico. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
89	Microtubo de 2 mL (tubo de polipropileno, 2ml de capacidade, graduado, transparente) embalagem com 1000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
90	Microtubo para PCR de 0,2 mL (tubo de polipropileno, com capacidade para 200 microlitros, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
91	Óleo de lubrificação tipo INLAND 45 para bomba de vácuo do sistema de cromatografia gasosa hifenada a espectrometria de massas. Litro. Equivalente.	Frasco	25	12		
92	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T01. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		

93	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T02. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		
94	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T03. Equivalente.	Unidade	36.000	18.000		
95	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T04. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		
96	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T05. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
97	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T06. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
98	Tampa magnética 18mm com rosca e septo bicamada em teflon/silicone para vial de headspace. Deve suportar aquecimento de até 300C. Compatível com sistema automatizado de amostragem Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	250	125		
99	Vial para cromatografia gasosa em vidro transparente, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
100	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 15 mL, pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	200	100		
101	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 50 mL, pacote com 50 unidades.. Equivalente.	Pacote	360	180		
102	Tubo criogênico (para congelamento) graduado, com	Unidade	10.000	5.000		

	rosca externa e anel vedante, volume útil de 5mL, confeccionado em polipropileno, fundo cônico e base chata que possibilite o tubo ficar em pé (auto-sustentável), atóxico, autoclavável, resistente a temperaturas entre -70° e 121°C. Equivalente.					
103	Tubo para coleta de sangue a vácuo com fluoreto de sódio e EDTA, volume útil de 4,0ml, tampa cinza - caixa com 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - IV						

0.4.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE V - MATERIAIS PERMANENTE						
104	Alicate de pressão medida de 10" (224 mm), abertura máxima da boca: 1.1/8" (28 mm), boca e cabo confeccionados em aço cromo vanádio e acabamento niquelado e cromado. Equivalente.	Unidade	2	1		
105	Alicate universal 8" confeccionado em aço cromo vanádio, cabo isolado e anti-deslizante com abas protetoras e arestas arredondadas, capacidade de corte de arames duros de 2,0mm. Equivalente.	Unidade	2	1		
106	Balão volumétrico de 100mL com rolha em polipropileno. Vidro em borosilicato, com 17cm de altura e 6,1cm de diâmetro. Limite de erro 0,1mL. Fabricado de acordo com a Norma ISO 1042. Com certificado de calibração. Equivalente.	Unidade	20	10		
107	Bastão de vidro neutro maciço, medidas de 6 x 300 mm. Equivalente.	Unidade	60	30		
108	Bulbo (tetina) confeccionado em silicone para pipetagem utilizando Pasteur de vidro, com volume interno máximo de 3mL e mínimo de 1,5mL, para pipetas com boca entre 7,0-7,5mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	60	30		
109	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 12 litros, dimensões aproximadas 35,5 x 24,5 x 21 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	25	12		
110	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 20 litros, dimensões aproximadas 42 x 28 x 27 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	15	7		

111	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 30 litros, dimensões aproximadas 49 x 33 x 28 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	10	5		
112	Caixa para armazenamento de microtubos de 0,2 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
113	Caixa para armazenamento de microtubos de 1,5-2,0 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
114	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 100ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
115	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 10ml. Equivalente.	Unidade	60	30		
116	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 200 - 250ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
117	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 20-25ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
118	Dispensador de parede para papel toalha interfolha de 2 ou 3 dobras, constituído em material não met�lico de alta resistência a impactos (p.ex. poliestireno), com kit de parafusos e buchas de instalação, sistema de chave e fechadura, dimensões aproximadas de 29x25x12,5cm (AxLxP), compatível com papel de dimensões de 23x12cm (dobrado). Equivalente.	Unidade	16	8		
119	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 100 mL. Equivalente.	Unidade	20	10		
120	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 500 mL. Equivalente.	Unidade	8	4		
121	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina com pincel, comprimento total de 25,5 cm por 2,0 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		

122	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 25,5 cm por 1,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
123	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 28 cm por 3,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
124	Espátula com colher em chapa de aço inoxidável com 150 mm de comprimento. Equivalente.	Unidade	12	6		
125	Espátula simples nº 22. Confeccionado em aço inoxidável. Embalagem plástica individual. Equivalente.	Unidade	12	6		
126	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 mL. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor azul. Equivalente.	Unidade	12	6		
127	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 mL. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor vermelha. Equivalente.	Unidade	12	6		
128	Estante em arame revestido de PVC da tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 24. Equivalente.	Unidade	30	15		
129	Estante em arame revestido de PVC para tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 12 tubos. Equivalente.	Unidade	24	12		
130	Estante em polipropileno para tubo tipo "Falcon" de 15 mL e 50mL, orifícios redondos, com capacidade para 20 tubos de cada tamanho. Equivalente.	Unidade	16	08		
131	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 100 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
132	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 250 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
133	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa	Unidade	30	15		

	rosqueável GL 45, antigotas, 50 ml. Equivalente.					
134	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 500 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
135	Funil de vidro 65 mm de diâmetro, haste curta. Equivalente.	Unidade	20	10		
136	Kit com 03 micropipetas monocanal: volume variável, de 0,5-10uL, 10-100uL e 100-1000uL, totalmente autoclaváveis, resistentes a luz UV, com visor indicativo de volume, com ejedor de ponteiros, sistema de molas leve e de fácil operação, anel de identificação de cor e suporte de bancada que permita o acondicionamento de 03 ou 04 micropipetas monocanal. Equivalente.	Kit	4	2		
137	Pipetador de segurança 3 vias com esferas de inox. Equivalente.	Unidade	240	120		
138	Pisseta em polietileno com bico curvo com capacidade de 250-300 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
139	Regulador de pressão para cilindro de gás nitrogênio, de duplo estágio, com manômetros classe B, conexão conforme ABNT- 11725 e de saída conforme CGA E-1, válvula de alívio entre os dois estágios, deve proporcionar fluxo regulável e constante de gás - sem flutuações, corpo em latão forjado, pressão de máxima de entrada de 3000 PSI, pressão máxima de saída 140 PSI, vazão de saída entre 80-90 metros cúbicos por hora. Equivalente.	Unidade	2	1		
140	Suporte em madeira com uma prateleira de altura regulável para 6 funis, orifício de 60mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	4	2		
141	Termo-higrômetro digital de máxima e mínima. Escala de medição de temperatura (mínima) de -30 a 50°C no sensor externo (sonda) e 0 no 50°C no sensor interno (aparelho), e de umidade de 10-99%. Com relógio em escala alternável 12/24 horas. Com sistema de auto sustentação	Unidade	40	20		

	(suporte) e fixação em parede (com parafuso e bucha inclusos), cabo da sonda como no mínimo 1,5 metros. Deve acompanhar bateria(s). Garantia mínima de 1 ano. Equivalente.					
142	Termômetro 110°C (Termômetro químico, com escala interna, capilar espelho refletor, com diâmetro 7 – 8 mm, comprimento entre 25 e 35 cm, para medições entre -10 a 110°C). Equivalente.	Unidade	4	2		
143	Tesoura cirúrgica reta ponta R/R 15 cm em aço inox. Equivalente.	Unidade	16	8		
VALOR TOTAL - LOTE - V						
TOTAL GERAL DOS LOTES: I+II+III+IV+V						

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 22/2026/PCAC - DILIC

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2026/PCAC - DILIC

Processo nº

O **ESTADO DO ACRE**, por intermédio da **POLICIA CIVIL DO ESTAO DO ACRE - PCAC**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o **CNPJ/MF nº 10.584.440/0001-97**, com sede na Av. Antônio da Rocha Viana, nº. 1.294, Bosque, neste Município de Rio Branco, Estado do Acre, neste ato representado pelo **DELEGADO - GERAL da POLICIA CIVIL**, o Senhor _____, de acordo com a Lei de Autonomia da Polícia Civil nº 190, de 29 de dezembro de 2008, o qual tem competência para assinar contratos, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado à empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Cidade de _____, Telefone: _____, E-mail: _____, neste ato representado pelo senhor (a) _____, portador (a) do RG nº _____ - Órgão Expedidor ____/____ e inscrito no CPF nº _____-____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, em conformidade com o que consta na _____ **SEI Nº** _____, devidamente autorizado pelo **PARECER Nº** _____ datado de ____ de ____ de 2026, aplicando tão somente no artigo 86, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como o Decreto Estadual nº 11.363/2023 e demais legislações pertinentes ao objeto.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente minuta de Termo de Referência objetiva a Contratação de pessoa jurídica, com o objetivo de aquisição de materiais de consumo para atender a demanda dos Laboratórios de Análises Forense do Instituto de Análise Forense - I.A.F. do Departamento Polícia Técnico-Científica-DPTC da Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário \\	Valor Total (R\$)
LOTE I - REAGENTES						
1	Butanol PA, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca Frasco de 1 litro. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
2	Acetaldeído (etanal) PA anidro ou superior, teor mínimo de 99,5% 500 mL. Frasco com tampa de rosca. Equivalente.	Frasco	50	25		
3	Acetato de sódio anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
4	Acetonitrila grau HPLC, teor mínimo 99,9%. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	100	50		
5	Ácido cítrico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
6	Ácido hexacloroplatínico ACS ≥37,5% - 1 grama. Equivalente.	Frasco	50	25		
7	Agente de derivatização MTBSTFA (N-tert-Butyldimethylsilyl-N-methyltrifluoroacetamide com 1% de tert-Butyldimethylchlorosilane). Ampola com 1mL. Equivalente.	Ampola	150	75		
8	Água destilada para injeção, sachê/frasco de 10 mL. Equivalente.	Unidade	2.500	1.250		
9	Citrato de sódio tribásico anidro PA. Frasco de 500 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
10	Detergente alcalino concentrado para uso em laboratório. Teor de agentes ativos >25%, pH >10. Cada litro suficiente para fazer 15 litros de solução de lavagem. Litro. Equivalente.	Frasco	150	75		
11	Diclorometano grau HPLC - 1000mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		

12	Enzima beta-glicuronidase extraída de <i>Helix Pomatia</i> , pó liofilizado, ≥400.000 UI/g. Frasco com 100.000UI. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
13	Fenoltaleína PA, frasco de 25 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
14	Reagente para identificação de hemoglobina por quimiluminescência (tipo luminol, bluestar forensic ou equivalente), contendo 8 saches para 118mL ml de solução de uso. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		
15	Ácido Etilenodiaminotetracético - EDTA (2H ₂ O), para biologia molecular (CAS 6381-92-6). Equivalente.	Kg	25	12		
16	Sílica gel azul 4-8mm. Frasco de 1000 gramas. Equivalente.	Frasco	25	12		
17	Sistema de amplificação multiplex de STRs autossômicos com marcação fluorescente para identificação humana para uso forense. Grau DNA Forense (conformidade com a ISO 18385:2016). O conjunto de reagentes deve permitir a amplificação conjunta em uma mesma reação de PCR dos 20 marcadores CODIS expandido (D3S1358, TH01, D21S11, D18S51, D5S818, D13S317, D7S820, D16S539, CSF1PO, vWA, D8S1179, TPOX, FGA, D1S1656, D2S441, D2S1338, D10S1248, D12S391, D19S433 e D22S1045) e do marcador Amelogenina, no mínimo. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência (mucosa bucal) a partir	Reações	20.000	10.000		

	<p>de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante.</p> <p>O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.</p>					
18	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 10,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
19	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 4,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
20	<p>Solução de calibração para pHmetro - pH 7,0, frasco com 500mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.</p>	Frasco	150	75		
21	<p>Solução de referência certificada de benzodiazepínicos, composta por no mínimo: alprazolam, clonazepam, diazepam, flunitrazepam, lorazepam, nitrazepam, oxazepam e temazepam. Cada fármaco com concentração de 250ug/mL em acetonitrila. Ampola com 1mL. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
22	<p>Solução de referência certificada de benzoilecgonina deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		
23	<p>Solução de referência certificada de cocaína deuterada (D3) 1mg/mL em acetonitrila, ampola de 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.</p>	Ampola	150	75		

24	Solução de referência certificada de Diazepam deuterado (Diazepam-D5) 100ug/mL em metanol, ampola com 1mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
25	Solução padrão de referência de etanol 100 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
26	Solução padrão de referência de etanol 150 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Kit	50	25		
27	Solução padrão de referência de etanol 25 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Kit	50	25		
28	Solução padrão de referência de etanol 300 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
29	Solução padrão de referência de etanol 50 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Equivalente.	Ki	50	25		
30	Solução padrão de referência de etanol 500 mg/dL. 10 ampolas de 1,2 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Ki	50	25		
31	Sulfato de Sódio Anidro Grau PA ACS 500g. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
32	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias (substância - cut-off (ng/mL)): anfetamina-300, cocaína-150, THC-50, metanfetamina-300, opioides/morfina-300, fenciclidina-25, benzodiazepínico-300, antidepressivos tricíclicos-1000, barbitúrico-200, MDMA-500, metadona-300 e propoxifeno-300. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	200	100		
33	Teste imunocromatográfico (multidrogas), com poço para adição de amostra (tipo "sabonete"), para as substâncias anfetamina, cocaína,	Caixa	200	100		

	THC, metanfetamina, opioides, fenciclidina, benzodiazepínico, antidepressivos tricíclicos, barbitúrico, MDMA, metadona e morfina. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.					
34	Teste imunocromatográfico com poço para adição da amostras (tipo “sabonete”) para detecção de PSA no soro humano. Sensibilidade mínima de 4 ng/ml. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
35	Teste imunocromatográfico com poço para adição de amostra (tipo “sabonete”) para detecção de hemoglobina humana nas fezes, cada unidade com tampão diluente em frasco tipo gotejador. Sensibilidade mínima de 40ng/ml. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	300	150		
36	Teste imunocromatográfico para detecção do hormônio Gonadotrofina Coriônica (b-HCG) em urina e soro humano. Sensibilidade mínima de 25mUI/ml. Caixa com 30 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	300	150		
37	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de cocaína e seus metabólitos. Sensibilidade mínima para detecção de cocaína de 150ng/mL. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Caixa com 25 testes. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	250	125		
38	Teste imunocromatográfico qualitativo 1 parâmetro para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e outros canabinóides. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	100	50		

39	Teste imunocromatográfico qualitativo 2 parâmetros para urina, com poço para adição da amostra (tipo "sabonete"), para análise de THC e cocaína. Sensibilidade mínima para detecção de THC de 50ng/mL e cocaína de 150 ng/mL. Caixa com 25 testes. Deve acompanhar pipeta Pasteur. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	200	100		
40	Tiocianato de amônio PA 500GR. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
41	Tira indicadora de pH, escala de 0-14, caixa em plástico transparente e rígido, com escala de medição colorida visível na caixa, 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - I						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE II - REAGENTES CONTROLADOS						
42	Acetato de etila Grau UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
43	Acetona (propanona) grau HPLC, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Frasco de 1 litro. Equivalente.	Frasco	50	25		
44	Ácido Clorídrico PA 37% - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	150	75		
45	Clorofórmio PA - 1000 mL, teor mínimo de 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	100	50		
46	Clorofórmio UV/HPLC - 1000 mL, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
47	Éter etílico padrão HPLC (CH3CH2)2O) - 1000 mL, teor mínimo de 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
48	FORMAMIDA HI-DI - Frasco com 5 ml. Suficiente para 80 corridas. Para uso exclusivo com os Analisadores Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	100	50		
VALOR TOTAL - LOTE - II						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE III - INSUMOS						
49	Álcool etílico 70 °GL ou 70% p/p (INPM) - 1000 mL. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	2.500	1.250		
50	Álcool etílico absoluto grau HPLC - 1000 mL, terior mínimo 99,5%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
51	Álcool etílico PA - 1000 mL, teor mínimo 95%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
52	Álcool metílico ACS - 1000 mL, teor mínimo 99,8%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	200	100		
53	Álcool metílico grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
54	Álcool n-propílico (1-propanol) grau HPLC - 1000 mL, teor mínimo 99,9%, frasco com tampa de rosca. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	50	25		
55	Filme adesivo metalizado para reações de PCR em placa, compatível com placa MicroAmp de 96 poços. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		

56	Filme adesivo transparente para análise automatizada de quantificação de DNA em tempo real, compatível com placa MicroAmp 96 poços, compatível com analisador de RT-PCR 7500. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
57	Filtro e tubo para purificação de soluções biológicas para recuperação e concentração de DNA e proteínas. Filtro em celulose regenerada de fluxo rápido. Tubo compatível com centrífugas de microtubos de 1,5 mL. Caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
58	Filtro para seringa em Nylon 0,45 micrômetros, 25mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
59	Filtro para seringa em PTFE 0,22 micrômetros, 13mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	7.200	3.600		
60	Insert em borossilicato para vial de cromatografia gasosa, 250 uL com spring, compatível com vial de 2mL utilizado no sistema automatizado Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
61	Kit fluorescente próprio para identificação humana contendo no mínimo 23 marcadores para o cromossomo Y humano, incluindo loci de mutação rápida. Sistema altamente tolerante a inibidores comuns em amostras complexas. Deve incluir em quantidade suficiente: a enzima Taq DNA polimerase do tipo Hot Start já presente no tampão de reação, controle positivo de DNA, escada alélica, padrão de tamanho de fragmentos (size standard) e reagente para calibração espectral do equipamento (matriz espectral). Compatível com a separação de fragmentos e detecção no analisador genético ABI 3500, assim como possuir todos os parâmetros para genotipagem utilizando o software Genemapper ID-X. Otimizado para a amplificação dos STRs a partir de uma quantidade de DNA humano entre 0,5-1 ng. Validado para amplificação direta de amostras de referência	Reações	20.000	10.000		

	(mucosa bucal) a partir de cartão de coleta (papel tratado quimicamente para lise celular e preservação de DNA). O conjunto de reagentes deve proporcionar a análise/leitura em 06 fluorescências. Cada conjunto deve conter quantidade suficiente de reagentes para reações individuais de 25 microlitros. Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. ENTREGA PROGRAMADA. Equivalente.					
62	Kit para extração e purificação de DNA de amostras forenses complexas, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Com cestos de centrifugação para eliminar a necessidade de transferência dos swabs e assim minimizar a contaminação cruzada. Caixa com 48 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	150	75		
63	Kit para extração e purificação diferencial de DNA em amostra de crime sexual, compatível com a plataforma automatizada Promega Maxwell FSC. Para extração diferencial de células epiteliais e espermáticas. Extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 50 reações. Entrega programada. Equivalente.	Caixa	150	75		
64	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para LSD. Sistema com reagente de Erlich para LSD. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
65	Kit para identificação preliminar (teste rápido) para MDMA (ecstasy) e outras anfetaminas.: Sistema reagente nitroprussiato de sódio para metanfetamina e MDMA. Caixa com 10 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
66	Kit para rápida extração e purificação de DNA em amostras de ossos e dentes pulverizados, compatível com a plataforma automatizada	Caixa	4.600	2.300		

	Promega Maxwell FSC. Com tampão de desmineralização. Para extração de DNA livre de inibidores e compatível com reações de amplificação via PCR. Caixa com 100 reações. Entrega programada. Equivalente.					
67	Kit que fornece uma avaliação qualitativa e quantitativa de amostras forenses em uma única reação, com base na tecnologia de PCR em tempo real. Permite estimar simultaneamente a quantidade total de DNA humano e de DNA masculino amplificáveis em uma amostra (capaz de determinar a razão de DNA masculino: feminino). Amplificação adicional de alvo com múltiplas cópias para avaliar o grau de degradação do DNA. O kit deve conter controle positivo interno, que permite identificar a presença de inibidores na amostra. Os alvos amplificados devem ser regiões de múltiplas cópias, o que aumenta a sensibilidade do kit. O kit deve conter mix de reação, mix de primers e sondas. Compatível com o equipamento 7500 Real Time PCR e QuantStudio (Thermo Fisher). Os conjuntos de reagentes deverão ser entregues em condições adequadas de resfriamento, de acordo com orientação do fabricante. O material deve ser disponibilizado com validade de no mínimo dois terços contados a partir da entrega. Equivalente.	Reações	30.000	15.000		
68	Pipeta Pasteur em vidro, ponta ultra-fina, volume de 2mL, 150mm de comprimento, ponta com diâmetro máximo de 1,92mm e mínimo de 1,50mm, diâmetro da boca com diâmetro máximo de 7,3mm e mínimo de 7,0mm. Equivalente.	Unidade	12.000	6.000		
69	Placa de 96 poços para reações de PCR Real Time, compatível como RT PCR 7500. Caixa com 10 placas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Caixa	150	75		
70	Ponteiras para pipeta de volume de 100- 1000uL com barreira. Caixa com 960 un. Equivalente.	Unidade	25	12		

71	Ponteiras para pipeta de volume de 1- 100uL, com barreira. Caixa com 960 um. Equivalente.	Unidade	25	12		
72	Ponteiras para volume de 0,1-10uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Equivalente.	Unidade	500	250		
73	Ponteiras para volume de 100-1000uL – Pacote com 1.000 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Pacote	150	75		
74	Ponteiras para volume de 1-100uL – Pacote com 1.000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
75	Ponteiras para volume de 1-100uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
76	Ponteiras para volume de 1-200uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
77	Ponteiras para volume de 1-40uL, com barreira, livre de nucleases, para PCR, rack com 96 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Unidade	800	400		
78	POP-4™ Polymer for 3500/3500xL Genetic Analyzers. Polímero POP4 utilizado como matriz de separação para uso exclusivo nos Analisadores Genéticos 3500/3500xL, otimizado para aplicações de HID/Forense. Pronto para aplicação no equipamento. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Entrega programada. Equivalente.	Unidade	200	100		
79	PROTEINASE K - enzima de desnaturação proteica proteinase k, livre dnase e rnase, ativa na presença de ureia, triton, EDTA e SDS (em concentração até 1%), estável a temperatura acima de 50°C. (embalagem de 100mg). Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da	Unidade	100	50		

	entrega. Entrega programada. Equivalente.					
80	Refil de filtração de gases tipo CP17973 para sistema de cromatografia gasosa marca Agilent. Equivalente.	Unidade	50	25		
81	Vanilina PA - 100 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
82	Verde de bromocresol. Frasco de 5 gramas. Validade mínima de 80% do prazo de validade no ato da entrega. Equivalente.	Frasco	25	12		
83	Vial para cromatografia gasosa em vidro âmbar, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	150	75		
84	Vial para cromatografia gasosa para injeção por head space, em vidro transparente, capacidade para 20 mL, 23 x 75 mm, bocal de 18mm com rosca, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	250	125		
VALOR TOTAL - LOTE - III						

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE IV - MATERIAIS DE COSNUMO						
85	Filme de PVC culinário, rolo de 28 cm x 30 metros. Equivalente.	Rolo	500	250		
86	Lâmina para microscopia em vidro liso, 26 x 76 mm, espessura de 1,0-1,2mm, não lapidada. Caixa com 50 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
87	Lanceta automática estéril para punção superficial, embaladas individualmente, disparo por contato, caixa com 100 unidades. Equivalente.	Caixa	50	25		
88	Microtubo de 1,5ml de polipropileno, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis com fundo cônico. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
89	Microtubo de 2 mL (tubo de polipropileno, 2ml de capacidade, graduado, transparente) embalagem com 1000 unidades. Equivalente.	Pacote	150	75		
90	Microtubo para PCR de 0,2 mL (tubo de polipropileno, com capacidade para 200 microlitros, de parede ultrafina, de baixa retenção para DNA, livre de RNase e de DNase, tampa reta, transparente e autoclaváveis. Embalagem com 500 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
91	Óleo de lubrificação tipo INLAND 45 para bomba de vácuo do sistema de cromatografia gasosa hifenada a espectrometria de massas. Litro. Equivalente.	Frasco	25	12		
92	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T01. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		

93	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T02. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		
94	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T03. Equivalente.	Unidade	36.000	18.000		
95	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T04. Equivalente.	Unidade	19.200	9.600		
96	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T05. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
97	Saco plástico para custódia de vestígios com logotipo da policia civil e lacre com numeração tamanho T06. Equivalente.	Unidade	4.800	2.400		
98	Tampa magnética 18mm com rosca e septo bicamada em teflon/silicone para vial de headspace. Deve suportar aquecimento de até 300C. Compatível com sistema automatizado de amostragem Combi PAL 120. Pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	250	125		
99	Vial para cromatografia gasosa em vidro transparente, capacidade para 2 mL, graduado, com tampa e septo em teflon, compatível com sistema automatizado Combi PAL 120. 100 unidades. Equivalente.	Caixa	200	100		
100	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 15 mL, pacote com 100 unidades. Equivalente.	Pacote	200	100		
101	Tubo cônico "tipo Falcon" resistente a autoclavação 121°C por 10 minutos, com tampa de rosca, resistente a centrifugação, 50 mL, pacote com 50 unidades.. Equivalente.	Pacote	360	180		
102	Tubo criogênico (para congelamento) graduado, com	Unidade	10.000	5.000		

	rosca externa e anel vedante, volume útil de 5mL, confeccionado em polipropileno, fundo cônico e base chata que possibilite o tubo ficar em pé (auto-sustentável), atóxico, autoclavável, resistente a temperaturas entre -70° e 121°C. Equivalente.					
103	Tubo para coleta de sangue a vácuo com fluoreto de sódio e EDTA, volume útil de 4,0ml, tampa cinza - caixa com 100 unidades. Validade mínima de 80% do prazo de validade ato da entrega. Equivalente.	Caixa	25	12		
VALOR TOTAL - LOTE - IV						

1.5.

Id	Descrição	Unidade	Quantidade para Registros	Quantidade para Aquisição	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
LOTE V - MATERIAIS PERMANENTE						
104	Alicate de pressão medida de 10" (224 mm), abertura máxima da boca: 1.1/8" (28 mm), boca e cabo confeccionados em aço cromo vanádio e acabamento niquelado e cromado. Equivalente.	Unidade	2	1		
105	Alicate universal 8" confeccionado em aço cromo vanádio, cabo isolado e anti-deslizante com abas protetoras e arestas arredondadas, capacidade de corte de arames duros de 2,0mm. Equivalente.	Unidade	2	1		
106	Balão volumétrico de 100mL com rolha em polipropileno. Vidro em borosilicato, com 17cm de altura e 6,1cm de diâmetro. Limite de erro 0,1mL. Fabricado de acordo com a Norma ISO 1042. Com certificado de calibração. Equivalente.	Unidade	20	10		
107	Bastão de vidro neutro maciço, medidas de 6 x 300 mm. Equivalente.	Unidade	60	30		
108	Bulbo (tetina) confeccionado em silicone para pipetagem utilizando Pasteur de vidro, com volume interno máximo de 3mL e mínimo de 1,5mL, para pipetas com boca entre 7,0-7,5mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	60	30		
109	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 12 litros, dimensões aproximadas 35,5 x 24,5 x 21 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	25	12		
110	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 20 litros, dimensões aproximadas 42 x 28 x 27 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	15	7		

111	Caixa organizadora em polipropileno transparente e resistente, com travas de tampa articulada, sem divisórias, 30 litros, dimensões aproximadas 49 x 33 x 28 cm (C x L x A). Equivalente.	Unidade	10	5		
112	Caixa para armazenamento de microtubos de 0,2 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
113	Caixa para armazenamento de microtubos de 1,5-2,0 ml, em polipropileno com tampa articulada, capacidade para 96-100 microtubos. Equivalente.	Unidade	25	12		
114	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 100ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
115	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 10ml. Equivalente.	Unidade	60	30		
116	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 200 - 250ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
117	Copo de b�quer forma baixa (griffin) de vidro, volume de 20-25ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
118	Dispensador de parede para papel toalha interfolha de 2 ou 3 dobras, constituído em material não met�lico de alta resistência a impactos (p.ex. poliestireno), com kit de parafusos e buchas de instalação, sistema de chave e fechadura, dimensões aproximadas de 29x25x12,5cm (AxLxP), compatível com papel de dimensões de 23x12cm (dobrado). Equivalente.	Unidade	16	8		
119	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 100 mL. Equivalente.	Unidade	20	10		
120	Escova para lavagem de balão volumétrico com cerdas de crina, para balão de 500 mL. Equivalente.	Unidade	8	4		
121	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina com pincel, comprimento total de 25,5 cm por 2,0 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		

122	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 25,5 cm por 1,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
123	Escova para lavagem de vidrarias com cerdas de crina, comprimento total de 28 cm por 3,5 cm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	24	12		
124	Espátula com colher em chapa de aço inoxidável com 150 mm de comprimento. Equivalente.	Unidade	12	6		
125	Espátula simples nº 22. Confeccionado em aço inoxidável. Embalagem plástica individual. Equivalente.	Unidade	12	6		
126	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 mL. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor azul. Equivalente.	Unidade	12	6		
127	Estante dupla face para 60 microtubos de 0,5-2,0 mL. Marcação alfa numérica. Confeccionada em polímero rígido. Cor vermelha. Equivalente.	Unidade	12	6		
128	Estante em arame revestido de PVC da tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 24. Equivalente.	Unidade	30	15		
129	Estante em arame revestido de PVC para tubos de ensaio, orifícios de 16mm, com capacidade para 12 tubos. Equivalente.	Unidade	24	12		
130	Estante em polipropileno para tubo tipo "Falcon" de 15 mL e 50mL, orifícios redondos, com capacidade para 20 tubos de cada tamanho. Equivalente.	Unidade	16	08		
131	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 100 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
132	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 250 ml. Equivalente.	Unidade	40	20		
133	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa	Unidade	30	15		

	rosqueável GL 45, antigotas, 50 ml. Equivalente.					
134	Frasco de vidro borossilicato, autoclavável com tampa rosqueável GL 45, antigotas, 500 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
135	Funil de vidro 65 mm de diâmetro, haste curta. Equivalente.	Unidade	20	10		
136	Kit com 03 micropipetas monocanal: volume variável, de 0,5-10uL, 10-100uL e 100-1000uL, totalmente autoclaváveis, resistentes a luz UV, com visor indicativo de volume, com ejedor de ponteiros, sistema de molas leve e de fácil operação, anel de identificação de cor e suporte de bancada que permita o acondicionamento de 03 ou 04 micropipetas monocanal. Equivalente.	Kit	4	2		
137	Pipetador de segurança 3 vias com esferas de inox. Equivalente.	Unidade	240	120		
138	Pisseta em polietileno com bico curvo com capacidade de 250-300 ml. Equivalente.	Unidade	20	10		
139	Regulador de pressão para cilindro de gás nitrogênio, de duplo estágio, com manômetros classe B, conexão conforme ABNT- 11725 e de saída conforme CGA E-1, válvula de alívio entre os dois estágios, deve proporcionar fluxo regulável e constante de gás - sem flutuações, corpo em latão forjado, pressão de máxima de entrada de 3000 PSI, pressão máxima de saída 140 PSI, vazão de saída entre 80-90 metros cúbicos por hora. Equivalente.	Unidade	2	1		
140	Suporte em madeira com uma prateleira de altura regulável para 6 funis, orifício de 60mm de diâmetro. Equivalente.	Unidade	4	2		
141	Termo-higrômetro digital de máxima e mínima. Escala de medição de temperatura (mínima) de -30 a 50°C no sensor externo (sonda) e 0 no 50°C no sensor interno (aparelho), e de umidade de 10-99%. Com relógio em escala alternável 12/24 horas. Com sistema de auto sustentação	Unidade	40	20		

	(suporte) e fixação em parede (com parafuso e bucha inclusos), cabo da sonda como no mínimo 1,5 metros. Deve acompanhar bateria(s). Garantia mínima de 1 ano. Equivalente.					
142	Termômetro 110°C (Termômetro químico, com escala interna, capilar espelho refletor, com diâmetro 7 – 8 mm, comprimento entre 25 e 35 cm, para medições entre -10 a 110°C). Equivalente.	Unidade	4	2		
143	Tesoura cirúrgica reta ponta R/R 15 cm em aço inox. Equivalente.	Unidade	16	8		
VALOR TOTAL - LOTE - V						
TOTAL GERAL DOS LOTES: I+II+III+IV+V						

2.	CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1.	Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
2.2.	O Termo de Referência;
2.3.	Anexo do Termo de Referência;
2.4.	Planilha Consolidada dos Órgãos Participantes;
2.5.	O Edital da Licitação; A Proposta do contratado;
2.6.	Eventuais anexos dos documentos supracitados
3.	CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
3.1.	DA VIGÊNCIA
3.2.	O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.3.	No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.
3.4.	DA EFICÁCIA
3.4.1.	A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
3.4.2.	A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura.
4.	CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
4.1.	PRAZO DE EXECUÇÃO
4.2.	O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão de Ordem de Entreg para o objeto contratado.
4.3.	CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:
4.4.	A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie)
4.5.	O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

4.6. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

4.7. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

5. CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. PREPOSTO

5.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

5.7. FISCAL DO CONTRATO

5.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

5.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

5.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

5.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

5.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

5.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

5.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

5.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

5.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

5.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

5.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

5.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

5.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

5.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

5.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

5.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

- 5.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 5.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 5.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 5.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 5.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 5.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;
- 5.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 5.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 5.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

5.8. GESTOR DO CONTRATO

- 5.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 5.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 5.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 5.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 5.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 5.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 5.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 5.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 5.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 5.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 5.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 5.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 5.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 5.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 5.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 5.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 5.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 5.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 5.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações

correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

5.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

5.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

5.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

5.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

6. CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

8.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

8.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

8.3.1. **Polícia Civil do Estado Acre - PCAC;**

8.3.2. **CNPJ:10.584.440/0001-97**

8.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

8.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

8.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na **Polícia Civil do Estado Acre - PCAC**, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

8.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

8.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

8.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem

aplicáveis tais retenções.

8.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado

10.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, o Tribunal de Contas da União entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis

11.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

11.3. Aceitar o controle de qualidade a ser realizado pelo contratante;

11.4. Possuir laboratório acreditado (ex: ISO/IEC 17025);

- 11.5. Comprovar experiência em análise forense;
- 11.6. Dispor de equipe técnica qualificada;
- 11.7. Garantir confidencialidade das informações.
- 11.8. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela PCAC.
- 11.9. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores.
- 11.10. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Estudo Técnico Preliminar, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.
- 11.11. Fornecer os materiais/equipamentos descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência.
- 11.12. Fornecer os materiais/equipamentos conforme especificações técnicas.
- 11.13. Substituir produtos defeituosos ou em desacordo com o edital.
- 11.14. Cumprir os prazos estabelecidos.
- 11.15. A empresa contratada deverá disponibilizar um canal de atendimento exclusivo para solicitações, esclarecimentos, dúvidas e reclamações, acessível através de número telefônico e endereço de e-mail. Este canal de atendimento deverá estar disponível em horário comercial, das 08h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. A empresa se compromete a responder todas as solicitações recebidas através destes canais em até 48 horas úteis, assegurando um atendimento eficiente e de qualidade.
- 11.16. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;
- 11.17. A CONTRATADA, no ato do pagamento tem que estar em dias com todas as obrigações legais e apresentar todas as certidões que comprovem tal regularidade;
- 11.18. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do Contratante ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 11.19. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;
- 11.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- 11.21. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais/equipamentos, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 11.22. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrente da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE;
- 11.23. Garantir a melhor eficiência dos objetos, atendidas as especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 11.24. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);
- 11.25. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência;
- 11.26. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para fins de contratação pela Administração Pública, apresentando, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, os respectivos comprovantes;
- 11.27. Indicar preposto, quando for o caso, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário;
- 11.28. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;
- 11.29. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues acompanhado respectivamente de nota fiscal ou instituto equivalente com o nome e a caracterização clara e precisa, contendo também o número da Nota de Empenho firmada com o CONTRATANTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA CONTRATUAL

- 12.1. A contratada deverá prestar garantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

12.2. A garantia será prestada nos termos do art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021 a critério do contratante, o contratado (vencedor) deverá prestar garantia antes da assinatura do contrato, ficando a cargo do contratante a sua convocação para prestar a garantia.

12.3. Após a convocação o contratado terá 15 (dias) corridos para apresentar a respectiva garantia.

12.4. A exigência de uma garantia que é responsabilidade do setor de Contratos, maior visa assegurar a mitigação dos riscos associados à prática de taxas negativas, garantindo que a contratada tenha condições financeiras e operacionais adequadas para cumprir todas as obrigações contratuais, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Além disso, essa medida incentiva a contratada a propor taxas que sejam exequíveis, promovendo maior responsabilidade e compromisso com a execução do contrato.

12.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.6. A garantia tem como finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e responder por eventuais perdas e danos causados à Administração. A garantia deverá ser mantida pela contratada durante todo o período de vigência do contrato e poderá ser utilizada pela Administração para cobrir quaisquer prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual.

12.7. A garantia será devolvida à contratada após a execução completa do contrato, desde que estejam cumpridas todas as obrigações contratuais, mediante termo de liberação emitido pela Administração.

12.8. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Contratante fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia.

12.9. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

12.10. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.11. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.12. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Contratante.

12.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escriturai, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser reajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.16. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.17. O garantidor não é parte interessada para figurarem processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.18. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

12.19. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

14.1. As sanções aplicadas às empresas, não somente se darão com base no Decreto Estadual nº 11.363/23 como também no Título IV das Irregularidades Capítulo Idas DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei 14.133/21.

14.2. O regime de penalidades decorrentes da inadequada execução do contrato observará a disciplina abaixo delineada, sem prejuízo da apuração de perdas e danos e outras sanções previstas na lei civil.

14.3. Serão consideradas infrações administrativas as seguintes condutas praticadas no decorrer da contratação:

14.4. **a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;**

14.5. **b) Apresentar documentação falsa e comportar-se de modo inidôneo;**

14.6. **c) Cometer fraude fiscal;**

14.7. **d) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato**

14.8. A prática das condutas anteriormente mencionadas sujeitará a Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.9. **a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;**

14.10. **b) Multa;**

14.11. **c) Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Estado do Acre, por prazo não superior a 02 (dois) anos;**

14.12. **d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 03 (cinco) anos;**

14.13. **e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei;**

14.14. **f) Sanções previstas no artigo 60, incisos I e II, da Lei 12.846/2013**

14.15. A espécie de penalidade aplicada será definida por órgão próprio do Ministério Público, orientando-se pela gravidade da infração contratual, fundamentadamente apontada pelo Fiscal do Contrato, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, sempre observados os princípios da proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.

14.16. No que tange à pena de natureza pecuniária, considerando sua repercussão sobre o patrimônio da Contratada, deverá ser observado o seguinte regime:

14.17. **Multa**

14.18. A pena de multa será aplicada em decorrência da mora da Contratada no adimplemento de obrigação contratualmente prevista, bem como nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato.

14.19. **Multa moratória:**

14.20. A multa moratória será graduada conforme a tabela abaixo, por dia útil de atraso injustificado no adimplemento de qualquer obrigação imposta à Contratada no presente Termo de Referência, até o limite máximo de 20 (vinte) dias úteis de mora. O valor da multa será calculado considerando o valor total do contrato, atualizado monetariamente.

DIAS ÚTEIS EM ATRASO	PERCENTUAL DA MULTA A SER APLICADA
01 a 05	0,2% ao dia
06 a 10	0,3% ao dia
11 a 15	0,4% ao dia
16 a 20	0,5% ao dia

14.21. **Multa por inexecução parcial ou total**

14.22. Decorrido o prazo máximo considerado como mora no cumprimento da obrigação, 20 (vinte) dias úteis, o contrato será considerado não executado, podendo a inexecução ser parcial ou total

14.23. A caracterização da inexecução do contrato não será precedida, necessariamente, de mora da Contratada, podendo ser constatada imediatamente após a conduta infratora, a depender da gravidade e repercussão sobre o objeto do contrato.

14.24. A inexecução será considerada total quando a parcela do contrato não adimplida inviabilizar sua conclusão, e parcial quando, diante das condições do caso concreto, for possível prosseguir na execução do ajuste mediante aplicação de penalidade menos gravosa.

14.25. O Fiscal do contrato deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.

14.26. A multa por inexecução total ou parcial do contrato será graduada conforme a gravidade da infração, no percentual de 20% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução total, e de até 15% do valor total do contrato ou do empenho na hipótese de inexecução parcial.

14.27. Decorrido o prazo máximo considerado como mora no cumprimento da obrigação, 20 (vinte) dias úteis, o contrato será considerado não executado, podendo a inexecução ser parcial ou total.

14.28. A caracterização da inexecução do contrato não será precedida, necessariamente, de mora da Contratada, podendo ser constatada imediatamente após a conduta infratora, a depender da gravidade e repercussão sobre o objeto do contrato.

14.29. A inexecução será considerada total quando a parcela do contrato não adimplida inviabilizar sua conclusão, e parcial quando, diante das condições do caso concreto, for possível prosseguir na execução do ajuste mediante aplicação de penalidade menos gravosa.

14.30. O Fiscal do contrato deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.

14.31. A multa por inexecução total ou parcial do contrato será graduada conforme a gravidade da infração, no percentual de 20% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução total, e de até 15% do valor total do contrato ou do empenho na hipótese de inexecução parcial.

14.32. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observando o princípio da proporcionalidade.

14.33. O valor da multa, quando esta for aplicada, será executado observando-se a ordem prevista no § 1º do art. 19 do Decreto Estadual nº 5.965/2010.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 147 da Lei nº 14.133/2021;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Cód. Órgão / Unidade Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor Estimado (R\$)
451 / 001	XXX	XXX	XXX	XXX
TOTAL				XXX

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NULIDADE DOS CONTRATOS

17.1. O contrato poderá ter sua nulidade formalizada com base nos arts. 147, 148, 149 e 150 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.0.1. Casos Omissos: Serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 11.363/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ANTICORRUPÇÃO

1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail:

Telefone:

WhatsApp:

Endereço: "

20. CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES

- 20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 20.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

- 21.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias uteis, contados a partir da data de recebimento da ordem de entrega, com todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento, na Polícia Civil do Estado do Acre -PCAC, Av. Getúlio Vargas, 2137 - Bosque, Rio Branco - AC 69.900-670.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

- 22.1. A Empresa contratada deverá entregar os equipamentos em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie
- 22.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos
- 22.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.
- 22.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 23.1. As partes comprometem-se a cumprir a legislação vigente relativa à proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Fica estabelecido que os dados pessoais eventualmente coletados e tratados em razão deste contrato serão utilizados exclusivamente para a execução de suas finalidades, sendo vedado o uso para outros propósitos sem consentimento expresso do titular ou previsão legal.
- 23.2. As partes adotarão medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

- 24.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO

- 25.0.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
XXXXXXXXXX
CONTRATADO (A)



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE SOUSA CAMPOS, Cargo Comissionado**, em 22/06/2026, às 11:25, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021349785** e o código CRC **8DB41D17**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 3.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O **prazo de validade** de nossa **proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias**, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

ANEXO V DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.licitacao.ac.gov.br> / <http://www.gov.br/compras/pt-br/>